

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRISCILLA DURIGAN GANZERT

DIREITO E *MACUNAÍMA*:
UMA CRÍTICA AO DIREITO BRASILEIRO
A PARTIR DA ANTROPOFAGIA MODERNISTA, DA RAPSÓDIA E DO ÓCIO.

CURITIBA

2011

PRISCILLA DURIGAN GANZERT

DIREITO E *MACUNAÍMA*:
UMA CRÍTICA AO DIREITO BRASILEIRO
A PARTIR DA ANTROPOFAGIA MODERNISTA, DA RAPSÓDIA E DO ÓCIO.

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Direito, Setor Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Vera Karam de Chueiri
Coorientador: Prof. Dr. Juarez Poletto

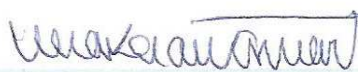
CURITIBA
2011

TERMO DE APROVAÇÃO

PRISCILLA DURIGAN GANZERT

DIREITO E MACUNAÍMA: UMA CRÍTICA AO DIREITO BRASILEIRO A PARTIR DA ANTROPOFAGIA MODERNISTA, DA RAPSÓDIA E DO ÓCIO.

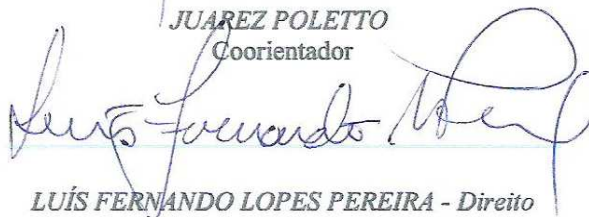
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



VERA KARAM DE CHUEIRI
Orientador



JUAREZ POLETTO
Coorientador



LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA - Direito
Privado
Primeiro Membro



VANIA MERCER
Segundo Membro

A todos que lutam por um direito e uma sociedade mais justos.

AGRADECIMENTOS

À Professora Vera, pelo entusiasmo, compreensão, tranquilidade e apoio, não apenas na orientação deste trabalho, mas também na pesquisa de Iniciação Científica, nas aulas e fora delas, no SAJUP (Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular) e nas reuniões do grupo de Direito e Literatura.

Ao Professor Juarez, pela atenção dedicada à coorientação deste trabalho, pelo carinho e conselhos nos últimos anos, por me despertar o gosto pela literatura (que ele transmite pelo brilho nos olhos) e por me apresentar ao Macunaíma.

Ao projeto SAJUP e seus integrantes, por me ensinarem a ver o mundo com outros olhos, por me mostrarem que é possível, junto ao outro (o oprimido) uma transformação social, e pelas experiências incríveis e únicas que vivi nesses últimos cinco anos.

Ao grupo de amigos “Doze”, pela companhia e apoio mútuo, pelas horas de estudo e saídas durante a faculdade.

Aos coesos, pela sempre presente amizade, ainda que distantes fisicamente, e por me mostrarem que é possível realizar os sonhos mais longínquos através da união e do carinho.

Aos meus pais, irmãos e avós, pela paciência nos meus maus dias, pelas alegrias compartilhadas e pelo carinho, ensinamentos e oportunidades que me deram.

Ao Erick, pelo apoio e carinho, sem os quais nem este trabalho nem a cumplicidade no amor seriam possíveis.

*O Estado não cria direito,
o Estado cria leis,
e Estado e leis
estão abaixo do direito.*

(Erich Kaufmann, Die Gleichheit vor dem Gesetz - 1927)

RESUMO

A pesquisa se propõe a investigar o diálogo entre direito e literatura, tendo por base a análise da obra *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, de Mário de Andrade. Primeiramente, aprofunda-se o estudo acerca das relações existentes entre os campos jurídico e literário, como forma de, contrapondo-se ao discurso positivista, contribuir para a crítica do direito. A partir da leitura de François Ost, Stanley Fish, James Boyd White e de outros teóricos do chamado “movimento Direito e Literatura”, demonstra-se que a literatura possui um grande potencial para a transformação do direito, desordenando suas convenções, suspendendo suas certezas e experimentando, num imaginário, novas respostas. Além desse papel de “subversão crítica”, a narrativa literária, geralmente mais criativa e sensível que a jurídica, também é mais atenta à complexidade do mundo, chamando a atenção do jurista para a pluralidade e a dinâmica social. Diante de tais considerações, a obra *Macunaíma* abre um leque de possibilidades para a reflexão do direito brasileiro. Dessa forma, o segundo momento da pesquisa dedica-se ao estudo da obra e da Semana de Arte Moderna de 1922, expondo sua preocupação em criar uma literatura mais atenta à realidade brasileira e o rompimento de ambas com a tradição artística em todos os níveis: temático, vocabular, sintático e ideológico. A partir de tais elementos, discute-se o hiato que muitas vezes se verifica entre a construção teórica do direito, costumeiramente inspirada na experiência e obra estrangeiras, e a sua efetivação, dada em uma sociedade incipiente e plural que é a brasileira. Nesse sentido, a efervescência crítica e criativa que tomou conta do campo literário no Brasil em 1922 pode contribuir na busca de mecanismos que comprometam o discurso teórico e a prática jurídica com a realidade desigual e colonial do país. Isso não significa, porém, uma completa rejeição aos elementos estrangeiros, mas sim sua reelaboração com autonomia e de forma atenta às particularidades brasileiras, conforme a proposta do movimento modernista antropofágico. Por fim, são destacados em *Macunaíma* outros elementos capazes de desvelar críticas e problemáticas mais específicas do direito. Dentre eles, aprofunda-se a análise da questão do trabalho e do ócio, em homenagem à repetitiva frase de Macunaíma: “Ai, que preguiça!...”. A crítica à valorização desmedida do trabalho, acompanhada do questionamento à concomitante criminalização e depreciação do ócio, aponta para o fato de que tais processos apenas atenderam aos interesses das elites, ao mesmo tempo em que contribuíram para um distanciamento do sujeito de si mesmo e dos outros. Nesse sentido, é possível que o resgate do ócio como elemento emancipador do ser humano possa contribuir para a construção de uma sociedade e de um direito melhores.

Palavras-chave: Direito e Literatura. Macunaíma. Antropofagia. Ócio.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 DIREITO E LITERATURA: POSSIBILIDADE DE DIÁLOGO	12
1.1 A INSUFICIÊNCIA DO DISCURSO POSITIVISTA	12
1.2 O JURÍDICO E O LITERÁRIO: O QUE ELES TÊM EM COMUM	13
1.3 O QUE O DIREITO PODE APRENDER COM A LITERATURA	16
1.4 O MOVIMENTO DIREITO E LITERATURA	20
2 MACUNAÍMA, O IMPERADOR DO MATO-VIRGEM	25
2.1 A RAPSÓDIA	25
2.2 O URARICOERA	27
2.3 SÃO PAULO, A CIDADE ESPARRAMADA À BEIRA DO TIETÊ	29
3 EM BUSCA DA “ENTIDADE NACIONAL DOS BRASILEIROS”	39
3.1 A SEMANA DE ARTE MODERNA DE 1922, MÁRIO DE ANDRADE E MACUNAÍMA	39
3.2 NACIONALISMO, AUTOCONHECIMENTO E O HERÓI SEM NENHUM CARÁTER	41
3.3 ANTROPOFAGIA	50
3.4 O DIREITO E OS JURISTAS DO INÍCIO DO SÉCULO XX	54
4 AI! QUE PREGUIÇA!	58
4.1 PREGUIÇA, ÓCIO E A MORAL DO TRABALHO	58
4.2 JORNADA DE TRABALHO	68
4.3 ÓCIO CRIATIVO	73
4.4 O LAZER NA SÃO PAULO DE MÁRIO DE ANDRADE E DE MACUNAÍMA	81
CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS	89

INTRODUÇÃO

Outro dia Macunaíma desceu dos céus pra dizer umas boas bocagens pros filhos da mandioca cunhãs cunhatãs pais manos, todos esses seres da Terra. Um papagaio verde escutou e contou tudo numa faculdade, pra doutores colunas paredes pombas servidores seguranças abacateiros escadas carteiras bacharéis, todo mundo que quisesse ouvir. Alguém ouviu e decidiu botar tudo no papel, e foi assim que Macunaíma, o herói de nossa gente, foi parar num curso de direito.

Mas o que o Macunaíma tem a ver com o direito? Para responder a essa pergunta, é preciso antes enfrentar outra: o que a literatura tem a ver com o direito?

É por isso que este trabalho inicia explorando as relações existentes entre os campos jurídico e literário, como forma de, contrapondo-se ao discurso positivista, contribuir para a crítica do direito. Eis o primeiro capítulo, “Direito e Literatura: possibilidade de diálogo”. Logo em seguida, no “Macunaíma, o Imperador do Mato-Virgem”, analisa-se a obra *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter* (doravante, apenas *Macunaíma*), de Mário de Andrade, levantando diversos elementos da história que possam provocar reflexões acerca do universo jurídico. É como se, nesse primeiro momento, Macunaíma e um jurista se sentassem lado a lado para conversar, e se analisasse predominantemente o que este último vai tirando da conversa (pobre Macunaíma...).

Importante destacar que o literário faz-se aqui presente não como mera ilustração das teses apresentadas, mas sim como agente crítico, com o qual o jurista deve dialogar para melhor buscar soluções aos problemas que se colocam cotidianamente diante de si em seu trabalho. Ademais, o literário é intrínseco ao direito, na medida e que este também cria personagens, mitos e tradições.

Assim, parte-se da leitura de François Ost, Stanley Fish, James Boyd White e de outros teóricos do chamado “movimento Direito e Literatura” para levantar diversas intersecções entre essas duas áreas do conhecimento, e descobrir o que o direito pode aprender com a literatura.

A aproximação inicial que se faz é através do que eles têm em comum: o intenso manuseio da linguagem e da interpretação. Tanto em uma como noutra, há

limites, métodos, exclusões e silêncios, problemas enfrentados por ambos, o direito e a literatura.

A literatura também pode transformar o direito indiretamente (desenvolvendo maior sensibilidade e provocando um distanciamento que possibilita a reflexão do leitor-jurista) e diretamente, através justamente das diferenças entre esses dois campos do saber. Assim, enquanto o direito codifica a realidade, atem-se à segurança jurídica e se diz geral e abstrato, a literatura libera as possíveis realidades, explora experimentalmente novas respostas para problemas (também) jurídicos e dedica-se ao particular e concreto. Mário de Andrade, por exemplo, como autor de *Macunaíma*, estudou e expôs a realidade concreta de seu País, através, principalmente, da linguagem e do folclore.

A última diferença apontada entre as duas áreas é que enquanto o direito produz pessoas, a literatura, personagens. Juridicamente, o sujeito é simplificado a papéis ideais, como o sujeito de direito, o pai de família, o cidadão, o autor do crime, o contribuinte. Ocorre que o sujeito é mais complexo que tais abstrações, e a narrativa literária é mestre em assim demonstrar. Em *Macunaíma*, isso é destacado de forma singular. Além de o protagonista sofrer incontáveis transformações físicas, demonstra possuir nenhum ou diversos caracteres, pois ora é bondoso ou ingênuo, ora é vingativo ou maldoso. Ele também reúne em si os três elementos básicos que formaram inicialmente a população brasileira: é um índio que nasceu negro e, depois, virou branco.

Sendo tão múltiplo, *Macunaíma* aponta para o pluralismo étnico e cultural constitutivo da sociedade brasileira. Este é contraposto, nesta pesquisa, ao direito, que é de origem basicamente branca e europeia, para denunciar o distanciamento existente entre o mundo jurídico e a sociedade com a qual ele, bem ou mal, intimamente se relaciona.

Uma última aproximação que se faz entre literatura e direito é conceber este como uma rapsódia. O termo é usado por Mário de Andrade para classificar sua obra *Macunaíma*, e significa a justaposição, em melodia, poema ou prosa, de diversas manifestações populares, como lendas, músicas e falas. Assim, tal aproximação radicaliza a ideia de Dworkin do direito como um romance (“chain of law”), na medida em que valoriza a criação popular do fenômeno jurídico.

O segundo momento deste trabalho, compreendido no capítulo “Em busca da “entidade nacional dos brasileiros””, insere *Macunaíma* e seu autor no contexto

inaugural do modernismo brasileiro, cujo maior marco foi a Semana de Arte Moderna de 1922. Para isso, destacam-se principalmente duas características desse período literário: a consciência do papel político do escritor e sua obra, bem como o nacionalismo presente em diversos manifestos.

Nacionalismo, aqui, transparece como a preocupação em criar uma literatura mais atenta à realidade brasileira. Assim, os modernistas em geral, incluindo-se Mário de Andrade, dedicaram-se à pesquisa formal e à observação de campo, de modo a conhecer melhor o povo e suas necessidades e descobrir a criação e a técnica populares. Consequentemente, exploraram uma grande diversidade de temas nacionais e manifestações culturais, como a linguagem e o folclore.

O objetivo dessa onda nacionalista era promover o autoconhecimento do brasileiro, com a consequente formação de uma nação com forma própria, culturalmente singular. Este seria o primeiro passo para se chegar ao universalismo, ou seja, a integração do Brasil com o resto do mundo, contribuindo com o que o País tem de particular.

Enquanto o movimento modernista assinalava uma ruptura com a tradição artística em todos os níveis (temático, vocabular, sintático e ideológico), o direito brasileiro, nesse mesmo início de século XX, estava ainda marcado pelo conservadorismo. A partir de uma breve digressão sobre esse contexto histórico-jurídico, discute-se o hiato que muitas vezes se verifica entre a construção teórica do direito, costumeiramente inspirada na experiência e obra estrangeiras, e a sua efetivação, dada em uma sociedade desigual, incipiente e plural que é a brasileira.

Nesse sentido, explora-se a possibilidade da efervescência crítica e criativa que tomou conta do campo literário no Brasil em 1922 contribuir na busca de mecanismos que comprometam o discurso teórico e a prática jurídica com a realidade colonial do país.

Uma das formas de atingir tal intento, sugerida neste trabalho, seria o método antropofágico. Este é inspirado no Manifesto Antropófago, escrito por Oswald de Andrade e integrado por, dentre outros escritores, Mário de Andrade; seu *Macunaíma*, por possuir forma e conteúdo com características antropófagas, é considerado uma manifestação antecipada da antropofagia.

Tal ideia parte da seguinte constatação: o direito frequentemente importa, dentre outras experiências jurídicas, leis, doutrinas e institutos estrangeiros (principalmente europeus e estadunidenses), e os aplica, sem a devida adaptação, a

uma realidade substancialmente diversa, que é a brasileira. Considerando que é insustentável uma completa rejeição ao conhecimento jurídico estrangeiro (é enriquecedora sua contribuição), é preciso sim sua reelaboração com autonomia e de forma atenta às particularidades nacionais, a partir de um profundo estudo da cultura, da história e dos contextos locais, conforme a proposta do movimento modernista antropofágico.

Por fim, no terceiro e último momento do presente estudo, intitulado, em homenagem à repetitiva frase de Macunaíma, “Ai! que preguiça!...”, investigam-se dois elementos específicos integrantes da identidade do brasileiro: o ócio e o trabalho. O significado atribuído a ambos mudou profundamente ao longo dos séculos, de acordo com as necessidades e os interesses dominantes em cada época. A começar pelo ócio: enquanto que, para os antigos, tal estado era sinônimo de aprendizado e tempo para si, a partir do século XVII, e, no Brasil, principalmente do início do século XX, passou-se a relacionar o ócio e a preguiça à indolência, vadiagem e a outros valores negativos.

Essa transformação na acepção do ócio decorre, na verdade, daquela ocorrida em relação ao trabalho: se este, originalmente, era associado a castigo, passou a ser, na modernidade, um dever e promotor do bem-estar e da dignidade humana. No Brasil, essa “moral do trabalho” foi importada (como tantos institutos jurídicos) para atender aos interesses dos industriais e cafeicultores, que, com a abolição da escravidão, precisavam de nova mão-de-obra subserviente.

A nova lógica no mundo do trabalho veio acompanhada pelo “culto” da eficiência e pelo utilitarismo. Assim, não só o trabalho como também outras esferas da vida humana, como a educação e o lazer, apenas são valorizados quando têm alguma aplicação imediata, tragam algum benefício econômico ou aumentem o poder sobre as outras pessoas.

A partir desse cenário, expõe-se o posicionamento de autores como Paul Lafargue, Bertrand Russell e Célio Turino pela diminuição do tempo despendido ao trabalho, e consequente aumento daquele dedicado ao lazer e ao ócio. A mudança seria possível graças aos avanços tecnológicos e à necessidade de criação de mais empregos.

Isso também traria uma série de benefícios a todos. Em primeiro lugar, ter-se-ia mais tempo para a dedicação às artes e às ciências, sem necessariamente depender dessas atividades para se sustentar; conseqüentemente, haveria novos

avanços nessas áreas. Em segundo, as pessoas teriam mais tempo para refletir sobre si mesmas e sobre a realidade que as cerca, o que as tornaria cidadãs mais conscientes e sensíveis para lidar com as diferenças e conflitos existentes na sociedade. Por fim, todos teriam maior disponibilidade para cultivar amizades e participar de atividades voltadas à coletividade, recuperando o diálogo e os laços subjetivos, e facilitando mobilizações sociais.

As mudanças sociais ocorridas nos mundos do trabalho e do lazer, no início do século XX no Brasil, são sentidas e retratadas por Macunaíma, que vai até a cidade de São Paulo para recuperar sua pedra preciosa, a muiiraquitã. Desse modo, finaliza-se o desenvolvimento deste trabalho com uma breve exposição histórica da capital paulista na época de Mário de Andrade e seu personagem, revelando aspectos que corroboram as ideias trazidas nos pontos anteriores. Mostra-se que a cidade passou por profundas transformações sociais, dentre elas, a aproximação entre o lazer e o utilitarismo.

A partir do resgate do ócio como potencial emancipador do ser humano, apontam-se possíveis contribuições da revalorização do ócio para a sociedade e para o direito, indicando, assim, um possível direito ao ócio.

Já se apercebendo de uma prosa longa, Macunaíma acomodou-se numa rede bem, e começou a comer caju. O jurista vendo a cena imaginou que a conversa ia ser sossegada, e até relaxou as costas pra se encostar no encosto da cadeira onde se sentava. Mas ele estava enganado. Macunaíma queria era provocar e muito o jurista...

1 DIREITO E LITERATURA: POSSIBILIDADE DE DIÁLOGO

1.1 A INSUFICIÊNCIA DO DISCURSO POSITIVISTA

O positivismo pode ser considerado a teoria dominante nos sistemas jurídicos romano-germânico e anglo-saxão. Seus pressupostos epistemológicos de exterioridade da realidade, possibilidade do conhecimento representar o real, aversão à metafísica, dualidade entre fatos e valores e a noção de “unidade da ciência” vêm sofrendo fortes críticas, expondo sua fragilidade em explicar e conceber o fenômeno jurídico.¹

Diante da crescente complexidade das sociedades modernas, esse discurso mostrou-se insuficiente para lidar com a pluralidade, a diferença e a tensão dos conflitos cotidianos da sociedade.²

De forma a apontar essa insuficiência e propor novos paradigmas,³ surgiram diversos movimentos críticos do direito, a partir, principalmente, da segunda metade do século XX.

Uma das maiores críticas que se faz à teoria positivista é a de que o sistema jurídico, ao contrário do que seu discurso defende, é aberto para elementos que lhe seriam externos, como a moral, a política, a ética e a literatura.⁴

Nesse sentido, sustenta-se que outras áreas do conhecimento podem trazer novas perspectivas para a teoria do direito, de forma a não reduzir os problemas

¹ FONSECA, Ricardo Marcelo; COELHO, Luiz Fernando (Orient.). *Direito e história: relações entre concepções de história, historiografia e a história do direito a partir da obra de Antonio Manuel Hespanha*. 1997. 118f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, p. 17-22.

² CHUEIRI, Vera Karam de; NIKULIN, Dmitri (Orient.). *Before the law: philosophy and literature: (the experience of that which one cannot experience)*. 2004. 254f Tese (doutorado)- New School for Social Research. Graduate Faculty of Political and Social Sciences. Department of Philosophy. Defesa: New York, 2004. p. 64. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/21157>>. Acesso em: 24/08/2011.

³ Paradigma, para Thomas Kuhn, não é apenas uma teoria, mas toda uma visão de mundo na qual ela existe. Quando os cientistas percebem que um paradigma não responde mais a todas às questões que se põem diante deles, ocorre uma mudança paradigmática, e todo o modo de pensar científico em um dado campo do saber é transformado. Sobre a teoria de Kuhn, KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 7.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

⁴ CHUEIRI, V. *op. cit*, p. 71.

desta a aspectos estritamente jurídicos, inclusive como reação aos conceitos de direito centrados nos postulados positivistas.

Em relação especificamente à literatura, é preciso abandonar a visão do “literário” como algo extrínseco ao direito, que o corrige, redime-o ou o ornamenta. O literário é intrínseco ao direito, na medida em que o direito molda “personagens, personas, sensibilidades, identidades, mitos e tradições que compõem nosso mundo social”.⁵

Assim, a interdisciplinaridade aqui empreendida distancia-se e se opõe à redução da literatura à “simples ilustração de uma teoria jurídica ou de uma tese filosófica,”⁶ servindo apenas como mero ornamento ou “diversão erudita”.⁷ Pelo contrário; busca-se, através do diálogo com a literatura, contribuir para a crítica do direito, contrapondo-se ao isolamento deste, preconizado por Moore e Kelsen, para que se possa melhor enfrentar os problemas dos próprios estudos jurídicos.⁸

1.2 O JURÍDICO E O LITERÁRIO: O QUE ELES TÊM EM COMUM

O século XIX foi marcado, no meio científico, como o período de separação dos diferentes campos do saber. Cada “ciência” buscou, a partir da delimitação de seu objeto de estudo e da criação de uma metodologia própria, estabelecer sua autonomia e distinção das demais. Diferente não foi com o Direito e com a Literatura.

O fato de serem distintas, porém, não significa que essas áreas do conhecimento não partilhem nada de comum ou não possam contribuir na compreensão uma da outra.

⁵ BINDER, Guyora; WEISBERG, Robert. *Literary criticisms of law*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2000, p. 18.

⁶ OST, François. *Contar a Lei: as fontes do imaginário jurídico*. Tradução de Paulo Neves. São Leopoldo: Unisinos, 2005, p. 57.

⁷ *Ibid.*, p. 25.

⁸ KRISTAN, Andreij. Hyperliterature and Law, Unity of Text, Diversity of Readings. In: OST, François; GAAKEER, Jeanne (coord.). *Crossing Borders: law, language, and literature*. The Netherlands: Wolf Legal Publishers, 2007, p. 137-138.

Costuma-se apontar que, entre direito e literatura, a linguagem e a interpretação são os pontos de ligação mais evidentes.

No que tange a interpretação, Fish, ao comentar a aproximação que Dworkin faz entre as duas disciplinas, afirma que em ambas a questão central é saber qual a fonte da autoridade interpretativa. A esta questão, surgem respostas que, também em ambas, oscilam entre duas principais posições: a) a interpretação deve se ater ao que está no texto, de forma objetiva, valorizando-se o uso e a escolha das palavras deste; e b) o intérprete interpreta através de seus valores, preconceitos, desejos; basicamente, ele lê no texto “o que ele quer”.⁹

Quanto à linguagem, White ensina que “o direito pode ser melhor compreendido e exercido quando se observa que sua linguagem não é conceitual ou teórica – não reduzível a uma série de definições – mas o que chamo de literário ou poético, pelo o que quero dizer que é complexa, plural...”¹⁰

Para ele, direito é uma linguagem, no sentido de mentalidades e expectativas; ou, em outras palavras, uma cultura.¹¹ Desenvolvendo mais este conceito, White afirma que o direito é “um sistema extremamente rico e complexo de pensamento e expressão, de definições e práticas sociais, que pode ser aprendido e arquitetado, modificado ou preservado, pela mente individual.”¹² De outro lado, o direito também pode ser tomado como “a profissão que nós ensinamos e aprendemos e exercemos, é um tipo de competência cultural: uma arte de ler a específica literatura jurídica e uma arte de falar e escrever – de compor por si mesmo - nessa linguagem”.¹³

Através dessa aproximação entre os campos literário e jurídico, percebe-se que os limites e frustrações enfrentados pela linguagem do direito (como as

⁹ FISH, Stanley. *Doing what comes naturally*. Change, Rethoric, and the Practice of Theory in Literary and Legal Studies. Durham and London: Duke University Press, 1995, p. 87.

¹⁰ WHITE, J. B. *apud* OST, F.; GAAKEER, J., 2007, p. 61. Tradução livre de: “The law can best be understood and practiced when one comes to see that its language is not conceptual or theoretical – not reducible to a string of definitions – but what I call literary or poetic, by which I mean... that it is complex, many voiced...”

¹¹ WHITE, James Boyd. *The legal imagination*. 2nd edition. Chicago and London: Chicago University Press, 1985, p. xiii.

¹² *Ibid.*, p. xiii. Tradução livre de: “(...) an enormously rich and complex system of thought and expression., of social definitions and practices, which can be learned and mastered, modified or preserved, by the individual mind”.

¹³ *Ibid.*, p. xiii. Tradução livre de: “the profession we teach and learn and practice, is a kind of cultural competence: an art of reading the special literature of the law and an art of speaking and writing – of making compositions of one’s own – in this language.”

exclusões, os silêncios, a rigidez do discurso) são, na verdade, um caso especial de limites e frustrações da linguagem em geral.¹⁴

Evidenciam tais semelhanças entre Direito e Literatura Binder e Weisberg, quando, em *Literary Criticisms of Law*, retratam o direito como uma prática de produzir diversos tipos de “artefatos” (*artifacts*) literários: interpretações, narrativas, personagens, performances retóricas, signos linguísticos, tons figurativos, e representações do mundo social.¹⁵

Por fim, White acredita que a literatura pode ser uma importante “competência cultural” para a atuação dos juristas. Para ilustrar este que é seu ponto de partida na obra *The legal imagination*, cita o exemplo do advogado, que precisa saber como contar e como ouvir uma história. Esse profissional começa ouvindo a história que o cliente lhe conta, para em seguida recontá-la outras diversas vezes em um processo, para si mesmo e para outros, acrescentando-lhe argumentos legais.¹⁶

O fato de possuírem estreitas ligações nos campos da linguagem e da interpretação remete mesmo a uma origem comum do direito e da literatura. Conforme aponta Ost, na época clássica, observa-se uma “forte convergência entre estilo jurídico e escrita literária”.¹⁷ Exemplo disso seriam os prelúdios, que, através da música, indicavam os “princípios” da vida comum, “recordando os divinos preceitos que inspiram as leis”.¹⁸ Afinal, como lembra o autor, na origem das instituições políticas e dos códigos, há sempre pulsões e aspirações, que, através da educação, são transformadas em leis cívicas.¹⁹

Outro exemplo são as chamadas “grandes narrativas”, “narrativas fundadoras” ou “narrativas de instituição”.²⁰ Elas constituem um imaginário das significações coletivas, narrações e prescrições que vão assegurar o vínculo social e constituir uma civilização jurídica. São obras que determinam toda uma tradição de pensamento de uma comunidade política, ligada a um imaginário histórico

¹⁴ WHITE, J. B., 1985, p. 207.

¹⁵ BINDER, G.; WEISBERG, R. 2000, p. 18.

¹⁶ WHITE, J. B. 1985, p. 243.

¹⁷ OST, F. 2005, p. 53.

¹⁸ *Ibid.*, p. 12.

¹⁹ *Ibid.*, p. 57.

²⁰ As três expressões são usadas por François OST, na obra *Contar a Lei: as fontes do imaginário jurídico*.

partilhado. Seriam alguns exemplos dessas narrativas, segundo OST, *Antígona*, de Sófocles, *Robinson Crusoé*, de Defoe, e *Fausto*, de Goethe.²¹

Percebe-se, assim, que o Direito e a Literatura partilham, no mínimo, algo em comum: o manejo da linguagem e da interpretação. A partir disso, pode-se descobrir o que um tem a contribuir com o outro; ou, mais especificamente, o que o jurídico tem a aprender com o literário.

1.3 O QUE O DIREITO PODE APRENDER COM A LITERATURA

É de uma pergunta próxima à afirmação do título acima que parte James Boyd White, na obra *The legal imagination*: “o que um jurista pode aprender com a literatura?”.²² O livro, dirigido principalmente aos estudantes de direito, toma a literatura como uma competência cultural importante para a atuação dos juristas, e foi concebido para ser um curso de leitura e escrita voltadas para o uso na área jurídica.²³

A partir desta perspectiva e das demais obras lidas, é possível afirmar que a literatura pode influenciar e transformar o direito por duas vias²⁴: a indireta, através do leitor e intérprete do direito; e a direta, “perturbando” a teoria do direito e suas implicações práticas.

A via *indireta* diz respeito à recepção da obra pelo leitor, transformando-o. Nesse momento, ocorre primeiramente a *aisthesis*, ou seja, a suspensão do cotidiano, a surpresa, e, em seguida, a *catharsis*, um ensinamento obtido da “experiência prática e das perplexidades éticas a que o leitor foi confrontado.”²⁵

²¹ OST, F. 2005, p. 27-29 e 56-57.

²² WHITE escreve que outra forma de explicar sobre o que o curso trata é a pergunta: como uma pessoa inteligente e educada pode passar sua vida trabalhando com direito, quando a vida é curta e há tantas outras coisas para se fazer? (WHITE, J. B. 1985, p. xxii).

²³ WHITE, J. B. Preface e Introduction to the student. In: WHITE, J. B., 1985.

²⁴ Tal classificação dessumiu-se das páginas 307-308 da obra *Doing what comes naturally*, onde Stanley Fish comenta que ainda que ele não vislumbre uma viabilidade da aplicação da teoria desconstrutivista (uma das “correntes” do movimento Direito e Literatura, como se verá adiante) na prática legal, reconhece que isso pode ocorrer (e já ocorre) pela via indireta, alterando o modo como os juristas concebem o direito.

²⁵ G. STEINER, *apud* OST, F. 2005, p. 39.

Através da surpresa, a obra de arte dissolve as certezas e rompe com os modos de expressão convencionados.²⁶ Nesse sentido, a literatura revela-se um vasto laboratório de experimentação imaginativa de pensamentos e valores,²⁷ mostrando que o real é apenas uma modalidade do possível.²⁸ A partir disso, Adorno chega a afirmar que “a realidade deve imitar as obras de arte”, subvertendo a ideia de Platão de que a arte seria mera imitação do real (metáfora da caverna).²⁹

A construção de um mundo imaginário também proporciona o distanciamento necessário para a revelação e a transformação da vivência cotidiana, ao mesmo tempo em que, na forma de narrativa, implica uma dimensão normativa e avaliativa, pois induz o leitor a uma visão do mundo e a uma nova avaliação de si próprio. Eis, aqui, o potencial de transformação do mundo que é intrínseco à narrativa literária.³⁰

A literatura, por sua criatividade e sensibilidade, também está mais atenta à complexidade do mundo, chamando a atenção do jurista para a pluralidade e a dinâmica social. Exemplo disso é o estudo que James Gray faz da obra de Cynthia Ozick (nova-iorquina filha de imigrantes judeus russos), no qual demonstra como uma obra literária pode contribuir para entender uma diferente “comunidade de significados jurídicos” (*community of legal meaning*); no caso, a experiência jurídica judaica. Haveria, assim, uma “função social substancial” do estudo envolvendo Direito e Literatura: esse seria um meio de explorar e elucidar outras culturas jurídicas.³¹

Nesse sentido, a leitura de obras que tratam de problemáticas do direito apura e expande a sensibilidade moral com a qual é possível se aproximar de questões como a justiça.³²

Percebe-se, assim, o potencial que a literatura tem de transformar o jurista e, assim, indiretamente, o direito. De fato, como conclui Fish, “já há evidências de que

²⁶ OST, F. 2005, p. 32.

²⁷ RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papyrus, 1991, p. 188.

²⁸ R. CELIS, *apud* OST, F. 2005, p. 34.

²⁹ ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund-. *apud* OST, F. 2005, p. 35.

³⁰ JARDIM, Maria Antônia. *Os mundos hermenêuticos e a dimensão imaginativa*. Disponível em: <<http://www.iacat.com/revista/recreate/recreate03/hermeneutica.htm>>. Acesso em: 04/06/2011.

³¹ GRAY, James. Hellenism and Hebraism: legal traditions and the work of Cynthia Ozick. In: OST, F.; GAAKEER, J., 2007, p. 135.

³² BINDER, G.; WEISBERG, R. 2000, p. 3.

a teoria literária mudou o modo pelo qual alguns advogados pensam sobre a interpretação dos estatutos e da Constituição (...).³³

A literatura pode transformar o direito também *diretamente*, questionando seus fundamentos. É possível vislumbrar essa possibilidade a partir das próprias diferenças entre as duas disciplinas, apontadas por Ost da seguinte maneira:

1ª- “Enquanto a literatura libera os possíveis, o direito codifica a realidade, a institui por uma rede de qualificações convencionadas, a encerra num sistema de obrigações e interdições.”³⁴ O papel crítico da literatura é o de justamente pôr em desordem essas convenções, suspender as certezas e liberar os possíveis;

2ª- “Enquanto o direito faz escolhas que se esforça por cumprir, em nome da segurança jurídica”, a literatura é “livre para entregar-se às variações imaginativas mais inesperadas a propósito de um real sempre muito convencionado”,³⁵ de modo que ela pode explorar experimentalmente todas as possíveis respostas para um problema jurídico;

3ª- “O direito produz pessoas, a literatura, personagens”.³⁶ O direito impõe uma “máscara normativa” aos indivíduos, reduzindo-os, enquanto os personagens literários muitas vezes são ambíguos, apontando para a complexidade do sujeito. Exemplo disso é Macunaíma: suas metamorfoses, multiplicidade racial e diversidade de caracteres desafiam qualquer apreensão simplista do personagem;³⁷ e

4ª- Enquanto o direito se diz geral e abstrato, a literatura se dedica ao particular e ao concreto,³⁸ sendo, assim, mais sensível à pluralidade social.

Pode-se dizer, a partir de tais diferenças, que a literatura tem a dupla função de: *subversão crítica*, uma vez que, explorando a linguagem das formas mais inusitadas, revela o que não é dito; e *conversão fundadora*, quando a narrativa, além de “fazer pensar”, valoriza e prescreve comportamentos.³⁹

³³ FISH, S., 1995, p. 308. Tradução livre de: “Indeed, there is already evidence that literary theory has changed the way in which some lawyers think about the interpretation of statutes and the Constitution (...)”

³⁴ OST, F. 2005, p. 13.

³⁵ *Ibid.*, p. 15.

³⁶ Ch. BIET, *apud* OST, F., 2005, p. 16.

³⁷ Voltar-se-á ao assunto no ponto 2.3 deste trabalho.

³⁸ OST, F. *op. cit.*, p. 18.

³⁹ *Ibid.*, p. 25-26.

De um lado, a literatura possui mais liberdade e independência para criticar sua própria autoridade e a do direito, abalando-o em suas certezas dogmáticas e reconduzindo-o às interrogações essenciais (correspondentes à pergunta “o que é?”);⁴⁰ questionamentos estes que se estendem ao campo ético, na medida em que ela “não cessa de submeter nossos códigos, nossos estereótipos e nossas prédicas a um eficaz questionamento.”⁴¹

Também de modo subversor, a imaginação literária pode ajudar não apenas a conceber um novo e melhor regime, como também imaginar como poderia ser viver em regimes alternativos.⁴²

De outro, a narrativa de ficção opera um papel mediador entre o campo histórico do agir e as questões práticas (éticas, jurídicas), entre o descrever e o prescrever; indica-se, assim, uma possível teoria do “direito contado.”⁴³ A exploração do direito, nessa perspectiva, pode produzir “tanto um saber crítico das construções jurídicas quanto um começo de refundação destas com base num conhecimento ampliado dos poderes da linguagem, bem como dos meandros da razão prática.”⁴⁴

Ao lado do exposto, é possível ainda colocar uma terceira função da literatura, à qual se dá, aqui, a denominação de *contextualização histórica*. Foi nessa direção que apontaram os trabalhos de Hans Fehr (1874-1961), suíço historiador do direito, autor de diversas obras abordando direito e arte e um dos primeiros a investigar as correspondências entre direito e literatura. Ele sugeriu que para entender o “espírito” de uma sociedade, em um determinado momento histórico, não basta estudar seus códigos e leis; é preciso de fontes que se aproximam da vida cotidiana das pessoas, e nisso a literatura pode ter papel fundamental. Nesse sentido, a literatura oferece para os juristas algo mais próximo à mentalidade da época sob análise, incluindo a percepção de conceitos e institutos jurídicos pela sociedade. Isso não apenas em elementos jurídicos passados, mas também do presente.⁴⁵

⁴⁰ DERRIDA, Jacques. *Acts of Literature*. New York and London: Routledge, 1992.

⁴¹ OST, F. 2005, p. 22. Sobre as implicações éticas da função narrativa: RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papirus, 1991, p. 193 e seguintes.

⁴² BINDER, G.; WEISBERG, R., 2000, p. 3-4.

⁴³ OST, F., 2005, p. 36.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 26.

⁴⁵ BURGO, *apud* BELLO, Héctor Lòpez. Thought and Art in Hispanic Tradition of Legal Literature: aesthetic keys for legal interpretation. In: OST, F.; GAAKEER, J., 2007, p. 89-91.

Não era à toa, portanto, que Platão, em *A República*, afirmou que o mais seguro era banir os poetas e trágicos da Cidade. Segundo ele, sua arte seria corruptora, pois, misturando o real com o ficcional, não se ater à distinção do bem e do mal e alimentaria o elemento mau da alma – aquele mais próximo do sensível e do prazer. Dessa forma, num Estado regido pela lei e pela razão, não deveria haver lugar para essa espécie de arte.⁴⁶ De modo semelhante, em *As Leis*, os legisladores da colônia de Magnetes, conscientes do poder da ficção, igualmente buscavam o afastamento dos poetas, com vistas a “preservar a integridade do direito e da justiça”...⁴⁷

Imagine-se, então, o que Platão pensaria sobre Macunaíma? O personagem “vive no mundo de sua sensibilidade”,⁴⁸ ora é bondoso, ora maldoso, e, em sua trama, o real confunde-se com o ficcional. Ao mesmo tempo que o “herói” é sobre-humano, é fruto da reunião de diversas características (e caracteres) mundanamente comuns; da mesma forma, o ambiente em que ele vive é, simultaneamente, fantástico e retrato (caricaturado) da realidade da época (o Brasil do início do século XX). Ver-se-á, ao longo deste trabalho, que tudo isso apenas potencializa a crítica extraída de Macunaíma para o direito.

Por fim, cabe aqui inverter a questão proposta inicialmente neste ponto, e assinalar: o que a Literatura pode aprender com o Direito? Segundo Binder e Weisberg, esse diálogo também enriqueceria o campo literário, uma vez que, nos últimos anos, seus estudos passaram a examinar aspectos literários de uma gama de fenômenos sociais, e o direito destaca-se dentre estes por ser uma dimensão crucial da cultura moderna.⁴⁹

1.4 O MOVIMENTO DIREITO E LITERATURA

⁴⁶ PLATÃO, *apud* OST, F., 2005, p. 10. A título de ilustração, vejam-se essas duas frases extraídas da *República*: “Homero nada fez pelo melhoramento da humanidade” e “Apesar de nossa admiração por Homero, devemos expulsá-lo de nossa cidade”. PLATÃO. *Diálogos III: A República*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d, p. 365-375.

⁴⁷ OST, F., 2005, p. 10.

⁴⁸ LOPEZ, Telê Porto Ancona. *Mário de Andrade: Ramais e Caminho*. São Paulo: Livraria Duas Cores, 1972, p. 118.

⁴⁹ BINDER, G.; WEISBERG, R., 2000, p. ix.

Do até agora visto, pode-se dizer que, entre o literário e o jurídico, há, pelo menos, tanto influência mútua quanto confronto. E essa tese essencial é considerada por White o postulado central do movimento Direito e Literatura.⁵⁰

As inovações em ambos os campos (direito e literatura) se intensificaram a partir da década de oitenta, mas o movimento Direito e Literatura surgiu nos anos setenta nos Estados Unidos, como reação à chamada “segunda crise hermenêutica” do pensamento estadunidense, desencadeada pelos acontecimentos da Segunda Guerra mundial. Logo no seu início, criticou o utilitarismo do rival movimento Direito e Economia, que alcançava notoriedade na mesma época.⁵¹

Desde então, as incursões dos estudos literários, principalmente no campo da interpretação jurídica, já foram feitas em diversas faculdades de direito, através de debates, reestruturação de currículos e mesmo de cursos inteiros, produzindo um senso geral de que a autoridade do direito está sendo questionada como nunca antes.⁵²

O movimento Direito e Literatura abarca basicamente as abordagens do direito *na* literatura e do direito *como* literatura. Costuma-se dizer também que, no que diz respeito ao tema direito e literatura, há uma terceira área, correspondente ao direito *da* literatura. Ost, no artigo *Sade and Portalis at the foot of the scaffold: an example of jurisfiction*,⁵³ propõe ainda uma quarta abordagem, a que dá o nome de jurisficção (*jurisfiction*). Tais enfoques, porém, não formam um rol exaustivo, pois sempre há a possibilidade de surgirem novas abordagens, como demonstram os artigos da segunda parte do livro *Crossing Borders: law, language and literature*, organizado por Ost e Gaakeer, chamada justamente de “Novas perspectivas” (*New perspectives*).

O direito *na* literatura trata do estudo de temas jurídicos (em sentido amplo) expostos em obras literárias. Através da análise de como poetas, romancistas e dramaturgos retratam o sistema jurídico, questões a ele subjacentes (como a justiça e o poder) ou o profissional do direito, é possível discutir, dentre outras

⁵⁰ WHITE, J. B., *apud* OST, F., 2005, p. 23.

⁵¹ BINDER, G.; WEISBERG, R., 2000, p. ix-30.

⁵² FISH, S., 1995, p. 307.

⁵³ OST, F.; GAAKEER, J., 2007, p.163-175.

problemáticas, o aspecto normativo do direito.⁵⁴ Pode ser considerada a dimensão mais antiga, remontando a origem dos próprios textos literários, uma vez que estes, desde os primeiros, abordam temáticas jurídicas.⁵⁵

Ao apontar diversas obras já abordadas pela perspectiva do direito *na* literatura, o espanhol Marcelino Rodríguez Molinero identifica uma falta de pesquisas de obras literárias de língua não inglesa. Ainda que se possa justificar tal deficiência pela origem estadunidense do movimento Direito e Literatura, o professor cita exemplos de grandes obras e autores da literatura mundial, como a própria literatura sacra, que ainda não receberam sua atenção.⁵⁶

Por sua vez, o direito *como* Literatura faz uso de técnicas e princípios da crítica, teoria e interpretação literárias na compreensão da escrita, pensamento e prática social que constituem os sistemas legais, e oferece essas técnicas e princípios como ferramentas para a transformação desses sistemas.⁵⁷ É a abordagem dominante nos Estados Unidos, constando no programa de quarenta por cento das faculdades do País.⁵⁸ Suas diferentes formas ou gêneros aproximam, cada um, o direito de uma atividade literária, quais sejam: interpretação (crítica hermenêutica do direito), narração (crítica narrativa do direito), retórica (crítica retórica do direito), significação (crítica desconstrutivista do direito) e representação (crítica cultural do direito).⁵⁹

A terceira aproximação colocada, direito *da* literatura, resume-se à regulamentação da produção literária pelo direito, através de leis e decisões judiciais.⁶⁰ Dentre os tópicos tratados, estão os direitos autorais, a propriedade intelectual, censura e direito à liberdade de expressão.

Por sua vez, OST propõe uma quarta abordagem (de direito e literatura), a que dá o nome de jurisficção (*jurisfiction*). Esta agregaria os escritos literários feitos por juristas, no intuito de contribuir para o debate sobre os fundamentos do direito ou de um de seus institutos. Tal prática pode testar, numa realidade experimental, a

⁵⁴ OST, F.; GAAKEER, J. 2007, p. 06.

⁵⁵ MOLINERO, Rodriguez Molinero. On Law and Literature: dimensions and limits of a controversial relationship. In: OST, F.; GAAKEER, J., 2007, p. 75.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 76-78.

⁵⁷ BINDER, G.; WEISBERG, R., 2000, p. 03.

⁵⁸ OST, F., 2005, p. 49.

⁵⁹ BINDER, G.; WEISBERG, R., *op. cit.* A obra dedica um capítulo a cada um desses estudos.

⁶⁰ OST, F.; GAAKEER, J. *op. cit.*, p. 06.

consistência e o impacto de argumentos trazidos ao debate.⁶¹ Um exemplo brasileiro de tal abordagem seriam alguns dos trabalhos de Luiz Edson Fachin,⁶² como seu livro *As intermitências da vida (o nascimento dos não filhos à luz do Código Civil brasileiro)*, publicado pela editora Forense em 2007. Nele, o professor desvela aspectos delicados da paternidade (em suas diversas, e nem sempre coincidentes, categorias: registral, biológica e afetiva), através da história de um filho que deixou de ter pais após o julgamento das ações de negatória de paternidade e de impugnação da maternidade.⁶³

Para além das quatro vertentes mencionadas, a segunda parte do livro *Crossing Borders: law, language and literature*, traz novas aproximações entre Direito e Literatura. Andrej Kristan, por exemplo, aborda o direito como hipertexto (este como conceito, e não como tecnologia de informática). Ele também menciona outra perspectiva, lançada por Massimo Vogliotti: a de repensar a escrita jurídica através da analogia com o gênero épico, em especial a rapsódia.⁶⁴ Nesse sentido, o direito seria tomado como um “conjunto de pequenas narrativas costuradas nas extremidades por juristas ‘rapsodos’.”⁶⁵ Voltaremos a esta reflexão no próximo capítulo (seção 2.1).

Por fim, observa-se que o movimento Direito e Literatura não está a salvo de críticas (como o famoso trabalho de Richard Posner, *Law and Literature: A Misunderstood Relation*⁶⁶) e tem seus riscos, como sentimentalismo, ceticismo e um leve autoritarismo.⁶⁷ Porém, tais críticas e riscos, e as respectivas respostas do movimento a elas, não serão expostas neste trabalho, pois não são seu foco.

Feitas estas ponderações gerais acerca da relação entre o direito e a literatura, já se tem a base sobre a qual este trabalho se desenvolve. Parte-se,

⁶¹ OST, F.; GAAKEER, J., 2007, p. 163.

⁶² A título de curiosidade, o Prof. Fachin participou, entre as décadas de setenta e oitenta, do chamado “Movimento Sala 17”, grupo de estudantes que escreviam poemas e que foi incentivado por Leopoldo Scherner. Este, por sua vez, escritor e professor paranaense de destaque, foi aluno de Manuel Bandeira, que, como é sabido, participou da Semana de Arte Moderna de 1922 juntamente com Mário de Andrade, seu amigo e correspondente em diversas cartas.

⁶³ FACHIN, Luiz Edson. *As intermitências da vida (o nascimento dos não filhos à luz do Código Civil brasileiro)*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

⁶⁴ KRISTAN, A., 2007, p. 137-145.

⁶⁵ OST, F., 2005, p. 55.

⁶⁶ Posner, Richard. *Law and Literature: A Misunderstood Relation*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1988.

⁶⁷ BINDER, G.; WEISBERG, R., 2000, p. 16-18.

agora, para a análise da obra literária central desta pesquisa: *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*.

2 MACUNAÍMA, O IMPERADOR DO MATO-VIRGEM

2.1 A RAPSÓDIA

As obras são revitalizadas pelo tempo, de modo que, ainda que escritas há anos, décadas ou séculos, podem responder a questões do presente.

A partir das reflexões até agora feitas, o restante do presente trabalho se dedicará ao estudo da obra *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, bem como de seu autor, Mário de Andrade, e do movimento literário modernista no Brasil, nos aspectos que possam contribuir para a crítica do direito.

Macunaíma foi escrito em dezembro de 1926 em apenas seis dias. Em janeiro de 1927, foi revisto e sofreu acréscimos, sendo publicado apenas em 1928. Trata-se de obra inserida na primeira fase do Modernismo brasileiro (1922-1930),⁶⁸ a qual se caracterizou por uma radical renovação nos rumos da literatura nacional.

A obra se destaca, basicamente, por três elementos: seu conteúdo, fruto de uma grande mistura de lendas, tradições, hábitos e linguagens; sua forma, em especial sua linguagem, repleta de regionalismos, neologismos e próxima da oralidade; e seu papel político, na medida em que expressa os ideais de seu autor e a ruptura do Modernismo com a tradição artística.

Mário de Andrade classificou seu livro como rapsódia. Ele explica o porquê:

Sabe que os cantadores nordestinos, que são nossos rapsodos atuais, (...) transportam integral e primariamente tudo o que escutam e leem pros seus poemas, se limitando a escolher entre o lido e o escutado e a dar ritmo ao que escolherem pra que caiba nas cantorias. (...) Isso é Macunaíma e esses sou eu.⁶⁹

Mário de Andrade diz, modestamente, que sua obra nada mais é do que uma cópia do que espalhavam centenas de contadores de histórias no Brasil. O autor apenas teria visto modismos, locuções, tradições, fórmulas sintáticas, pontuação oral e falas de índio, e escolhido, dentre todas essas manifestações, aquelas que

⁶⁸ Sobre o movimento modernista trataremos no próximo capítulo.

⁶⁹ ANDRADE, Mário de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 232.

iam se encaixando no seu romance (no sentido folclórico do termo), como um rapsodo.

No último ponto do capítulo anterior, expôs-se que Massimo Vogliotti faz justamente essa aproximação entre direito e literatura. O direito seria tratado como uma rapsódia, cujas pequenas narrativas seriam costuradas por juristas “rapsodos”.⁷⁰

Tal ideia aproxima-se, num primeiro momento, daquela do direito *como* literatura, que identifica o sistema jurídico com a narrativa. Ronald Dworkin, por exemplo, quando trata do fenômeno que chama de *chain of law*, propõe que o direito seja interpretado de forma semelhante àquela empregada diante da narrativa literária. Na medida em que os juristas, em especial os juízes, interpretam o direito, também o criam, formando uma corrente, como um romance.⁷¹

A aproximação do direito com a rapsódia, ou com o romance no sentido folclórico (e não literário) do termo, porém, tem um apelo muito mais próximo à criação popular do fenômeno jurídico. Sob esta perspectiva, a aproximação do direito *como* literatura radicaliza-se, na medida em que coloca em xeque o próprio monopólio estatal do direito e sua pretensão universalizante.

Isso porque, como ensina Grossi, o ordenamento jurídico estatal não exaure as múltiplas comunidades e seus respectivos ordenamentos jurídicos particulares presentes no interior do Estado.⁷² Nas palavras do historiador do direito, “precisada a sociedade como referente do direito, e não a sua cristalização que é o Estado, a consequência mais relevante é resgatar ao direito o pluralismo daquela e de livrá-lo do monismo deste.”⁷³ A proposta é, pois, recuperar o direito como expressão de uma sociedade, e não de um Estado.⁷⁴

E esse pluralismo encontra uma forma de expressão na rapsódia. Nela, os protagonistas são pessoas do povo (reais e ficcionais; aquelas que fazem a história hoje e aquelas que fizeram no passado), manifestando sua diversidade e

⁷⁰ OST, F., 2005, p. 55.

⁷¹ Sobre o assunto, ver: DWORKIN, Ronald. How law is like literature. In: *A matter of principle*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1985, p. 146-166.

⁷² GROSSI, Paolo. *Primeira lição sobre direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 30-32.

⁷³ *Ibid.*, p. 29.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 11.

particularidades através de suas próprias pequenas narrativas, na sua maioria veladas pelo direito estatal, monista, geral e abstrato.

Por fim, considerando seu conteúdo e forma, Proença observa que *Macunaíma* não é um livro fácil de ler. Isso porque o ensino do País é feito pelo figurino europeu, sendo raro o estudo de lendas indígenas e de folclore. Os poucos que o realizam não têm tempo ou vontade de vulgarizar o que sabem. O resultado disso é que o livro é, muitas vezes, condenado pelos leitores.⁷⁵

As inferências da obra expostas nas próximas páginas são fruto tanto de leituras de críticos literários quanto de livre reflexão própria. Mário de Andrade assumiu que várias intenções permeiam a obra, mas advertiu o leitor, no prefácio escrito em 1928, que os personagens e seus episódios não deveriam ser tomados como símbolos ou simbolismos.⁷⁶ Quinze anos depois, porém, afirmou que ele próprio se surpreendia com a quantidade de alusões e símbolos que ele teria dispersado em *Macunaíma*, “até sem querer”.⁷⁷

2.2 O URARICOERA

A história do livro se inicia com o nascimento do protagonista Macunaíma, “negro retinto”, filho de uma índia tapanhumas, em algum lugar próximo ao rio Uraricoera, na Amazônia.

Já menino provou-se inteligente e esperto, preguiçoso e múltiplo, no sentido de apresentar diversas características, muitas vezes contraditórias entre si.

Atingida a maioridade, torna-se o companheiro de Ci, a Mãe do Mato, e ganha o posto de Imperador do Mato-Virgem, sendo saudado por um bando de aves coloridas. Com a amada tem um filho, a quem chega a aconselhar crescer depressa, para “ir pra São Paulo ganhar muito dinheiro.”⁷⁸

⁷⁵ PROENÇA, Manuel Cavalcanti. *Roteiro de Macunaíma*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 15-16.

⁷⁶ ANDRADE, M. de, 2007, p. 226-227.

⁷⁷ ANDRADE, Mário de. Notas diárias. In: ANDRADE, M. de, *op. cit.*, p. 235-237. Exemplo de uma dessas alusões foi dado pelo próprio autor, qual seja, a alegoria da vingança de Vei, a Sol, contra Macunaíma, que será abordada no próximo capítulo, no ponto 3.2.

⁷⁸ ANDRADE, M. de., *op. cit.*, p. 34.

Ci e seu filho, porém, morrem envenenados por uma cobra. A mulher deixa a Macunaíma a muiraquitã, pedra famosa de seu colar, e sobe ao céu para virar a estrela Beta do Centauro. Deste último presente, o herói fez um tembetá, furando o lábio inferior para colocá-lo.

As fugas (em geral, fruto de perseguições de seres folclóricos) são elemento recorrente na obra. Numa delas, Macunaíma perde a muiraquitã, sua preciosa pedra verde. Ao descobrir que ela havia parado nas mãos de Venceslau Pietro Pietra (chamado também de Piaimã, que, na mitologia taulipangue, é o gigante comedor de gente), peruano, “regatão” (negociante da Amazônia que transforma em mercadoria tudo o que encontra) e rico fazendeiro que vivia em São Paulo, decide ir até a cidade banhada pelo Tietê para reaver o amuleto.

No início da jornada para reaver a muiraquitã na cidade, Macunaíma vai tomar banho numa poça da água encantada muito fria, apesar do calor amazonense. A água ali empoçou pois havia uma “marca do pezão do Sumé, do tempo em que andava pregando o evangelho de Jesus pra indiada brasileira.”⁷⁹ Nesse banho, o elemento europeu da população brasileira aparece também em Macunaíma, que se transforma em um homem branco de olhos azuis. Sua alma, porém, permanece uma mistura.

A metáfora, das mais famosas da obra, segue, e Jiguê, irmão de Macunaíma, também se banha da poça encantada; porém, como já estava escurecida com o negrume do herói, Jiguê clareou apenas ao tom mulato. Por fim, Maanape, seu irmão mais velho, somente clareou as palmas das mãos e dos pés, pois pouca água sobrara na poça.

Nesse episódio, as três raças que formaram a população brasileira estão representadas: negra, ameríndia e branca. E não é apenas o conjunto dos três irmãos que simboliza a constituição étnica brasileira; o próprio Macunaíma reúne, em si, os três elementos racionais: é índio que nasceu negro e agora vira branco.

Chama-se aqui a atenção para o pluralismo étnico e cultural constitutivo da população brasileira. Apesar desta característica evidente, o direito a ela aplicado não espelha tal multiplicidade. A doutrina jurídica, bem como os institutos do direito são inspirados (ou, comumente, copiados) no direito branco europeu e

⁷⁹ ANDRADE, M. de., 2007, p. 50.

estadunidense, encobrendo-se as manifestações narrativas e prescritivas das populações negra e indígena.

Novamente, questiona-se aqui o monismo jurídico frente ao pluralismo social. Se é certo que o direito tem suas raízes no corpo social do qual faz parte, das duas uma: ou vive-se, no Brasil, uma grande incongruência entre a realidade social e a abstração jurídica, tendo sido esta implantada no País quase que artificialmente, ou, pelo contrário, é justamente este hiato a prova de que o direito nacional reflete as desigualdades sociais e a luta de classes tão evidentes na terra tupi.

Tanto uma hipótese quanto a outra aventa o potencial crítico (e, por que não, revolucionário) do enfrentamento do monismo jurídico a partir da aproximação entre direito e literatura. Esta, representada aqui pela obra *Macunaíma*, é, como já mencionado neste trabalho, muito mais sensível ao concreto e ao particular, ao mesmo tempo em que coloca em desordem as certezas do direito.

A passagem também remete aos jesuítas e sua missão de catequizar os índios das terras brasileiras. A ironia da forma da poça remete ao dado histórico de que o indígena foi obrigado a crer e a ingressar na Igreja pelos colonizadores. Novamente, aqui, a pregação cristã, dos brancos, ia justamente contra o pluralismo religioso que então existia, multirracial.

Em outras palavras, sendo o direito, conforme ensina Grossi, a expressão de uma cultura, e alojado nas raízes de uma sociedade, é preciso que as construções jurídicas expressem a multiplicidade do corpo social do qual fazem parte.”⁸⁰

2.3 SÃO PAULO, A CIDADE ESPARRAMADA À BEIRA DO TIETÊ

Depois de chegar a São Paulo e se deparar com suas máquinas, Macunaíma fica uma semana refletindo e estranhando o que encontrava:

“A Máquina era que matava os homens porém os homens é que mandavam na Máquina... Constatou pasmo que os filhos da mandioca eram donos sem mistério e sem força da máquina sem mistério sem querer sem fastio, incapaz de explicar as infelicidades por si. (...) que a máquina devia de ser um deus de que os homens

⁸⁰ GROSSI, P., 2008.

não eram verdadeiramente donos só porque não tinham feito dela uma iara explicável mas apenas uma realidade do mundo.”⁸¹

Todas as novidades encontradas na cidade eram, para o personagem, máquinas: caminhões, bondes, anúncios luminosos, relógios, faróis, rádios motocicletas, telefones, postes, chaminés.

Após longas reflexões, Macunaíma conclui que, afinal, “os homens é que eram máquinas e as máquinas é que eram homens.”⁸²

Não seria de se surpreender caso, dentre todas essas máquinas, fosse citado o direito. Ao mesmo tempo em que este é criação humana, é ele também o responsável por punir seletivamente os criminosos, é ele que promete tantos direitos quanto o número de obstáculos ao acesso efetivo da população a esses mesmos direitos. O dia-a-dia do direito também envolve técnica, às vezes tão destacada que obscurece os interesses e a “engrenagem” do poder envolvidos no mundo jurídico.

O direito, para a maioria dos brasileiros, é algo distante, além do alcance das explicações e possibilidades, estando apenas lá, no mundo. Ainda que ele contribua decisivamente para a determinação da vida desses brasileiros, estes, muitas vezes, não têm consciência disso.

Essa realidade de alienação e distanciamento do direito apenas facilita a utilização deste para legitimar o *status quo* (incluindo aqui relações de poder, exploração das classes baixas, alienação e desigualdade social), na medida em que dificulta a participação popular nas decisões “democráticas” do aparelho estatal e o acesso dessas pessoas a seus direitos.

Nesses trechos da obra transparece também a crítica de Mário de Andrade ao progresso e à civilização. Civilização, para o autor, seria “o progresso com sua alienação aos valores sensíveis do homem, diferente da ‘civilização’ primitiva”,⁸³ cuja maior expressão era o folclore, ameaçado pelo progresso. Sensibilidade e mundo civilizado aparecem, assim, quase como inconciliáveis.

A civilização e o progresso que chegavam ao Brasil não eram vistos pelo autor com otimismo. Em meados da década de trinta, considerou que, mais que adotar ou criar teorias, “o importante seria conhecer o Brasil, recolher com fidelidade

⁸¹ ANDRADE, M. de., 2007, p. 53-54.

⁸² *Ibid.*, p. 53-54.

⁸³ LOPEZ, T. P. A., 1972, p. 111. Para Mário de Andrade, primitivo é “aquele que, como povo ou indivíduo, tem condições de prezar os valores da sensibilidade” (LOPEZ, T. P. A., 1972, p. 111)

os dados na fonte popular, antes que a tradição se esgotasse com a invasão do progresso.”⁸⁴

O conceito de progresso como elemento negativo e prejudicial ao Folclore é recorrente na obra marioandradiana. Nas palavras de Ancona Lopez, ele

é oriundo da contradição progresso x civilização, que pode ser analisada em seu pensamento. A negação do progresso material do homem tem suas raízes na valorização da preguiça, considerada pelo escritor como o ócio, elemento propício à criação artística.⁸⁵

A crítica de Mário ao progresso, porém, não vai ao extremo de sua negação completa. Como observa Ancona Lopez, o autor “usa o progresso, da mesma forma que a influência estrangeira, como enriquecimento estético, desde que transformados criticamente, isto é, deglutidos e devolvidos, dentro de um raciocínio antropofágico.”⁸⁶

Para termos de comparação, Olavo Bilac, uma das maiores expressões do Parnasianismo brasileiro (movimento literário anterior ao Modernismo), tinha uma visão oposta à do autor modernista. Enquanto que, para este, era preciso valorizar as expressões culturais populares, de modo a possibilitar o autoconhecimento nacional, primeiro passo para um destaque do País em nível internacional, para o parnasiano, o caminho para a inserção do Brasil no progresso e na civilização seria “reformular” e “melhorar” o sertanejo e o homem simples. Tal desejo era compartilhado pela elite da época, que buscava se aproximar ao máximo de Londres e Paris.⁸⁷

Na esteira das máquinas, a autoridade policial faz algumas aparições pontuais no caminho de Macunaíma.

A Polícia de São Paulo, satirizada na análise do personagem, teria quatro funções principais: “equilibrar os excessos da riqueza pública” e assim manter a moeda valorizada; promover paradas e ginásticas de “recomendável Eugênia”, proteger os burgueses “que regressam do seu teatro, do seu cinema ou dão a sua volta de automóvel” e “divertir a classe das criadinhas paulistanas.”⁸⁸

⁸⁴ LOPEZ, T. P. A., 1972, p. 199.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 110. Um maior aprofundamento sobre o ócio e a preguiça será feito no capítulo 4.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 201.

⁸⁷ LOPES, José Reinaldo de Lima. *Curso de História do Direito*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009. p. 426.

⁸⁸ ANDRADE, M. de., 2007, p. 105-106.

Os policiais (chamados de “grilos”) que aparecem na história falavam em língua estrangeira e não entendiam nada que o povo lhes contava. Eram loiros tão bonitos que Macunaíma ficou com raiva deles:⁸⁹

(...) De repente viu na frente um homem alto loiro mui lindo. E o homem era um grilo. Macunaíma teve ódio de tanta boniteza e chimpou uma bruta duma bolacha nas fuças do grilo. O grilo berrou, e enquanto falava uma frase em língua estrangeira agarrou o herói pelo congote.

- Prrreso!

O herói gelou.

- Preso por quê?

O polícia secundou uma porção de coisas em língua estrangeira e segurou firme.

- Não estou fazendo nada! Que o herói murmurava com medo.⁹⁰

O herói, porém, não é preso, pois aproveita um furdunço do povo para fugir.

Em outro momento, Macunaíma encontra um soldado e um cabo que, além serem mal equipados, nada faziam (“viviam guardando as saúvas dos canhões”⁹¹).

A autoridade policial é facilmente contornada pela influência política, como a que possuía Venceslau Pietro Pietra (“Maanape então virou Jiguê num telefone e deu queixa pra Polícia que deportou a velha gulosa. Porém Piaimã tinha muita influência e ela voltou na companhia lírica.”⁹²). Tais passagens indicam algumas características envolvendo a polícia da época (só da época?), como desvios de finalidade, corrupção e má utilização de recursos públicos.

No capítulo “Carta pras Icamíabas”, Mário de Andrade satiriza a língua portuguesa escrita e rebuscada. Macunaíma, encantado com São Paulo, escreve uma carta às mulheres de sua terra natal, fazendo uso da língua portuguesa (“também conhecida como lusitana”) em sua forma mais “erudita”.⁹³

Mário de Andrade faz uso da palavra “Lei”, assim grafada, em dois trechos da carta: “Nós, nos parece, ilustres Amazonas, que assaz ganharíeis em aprenderdes com elas [as “alvíssimas” de São Paulo] (...). Deixaríeis então a vossa orgulhosa e

⁸⁹ ANDRADE, M. de., 2007, p. 128.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 128..

⁹¹ *Ibid.*, p. 187.

⁹² *Ibid.*, p. 138.

⁹³ Expressões retiradas de ANDRADE, M. de. *op. cit.*, p. 97-99.

solitária Lei (...);⁹⁴ e “E mesmo, se não quisesdes largar mão da vossa solitária Lei (...).”⁹⁵ “Lei”, aqui, aparece intimamente ligada à tradição e aos costumes das amazonas, em contraposição ao modo de vida e às lições das alvíssimas donas paulistanas.

Em outro momento da obra, “lei” é grafada em minúscula, quando se refere às leis gramaticais, como “catalepse elipse síncope metonímia” e outras, que teriam aceitado a palavra “puíto” no lugar de “botoeira”.⁹⁶

Em meio a tanta cultura europeia, Macunaíma ainda preserva as histórias bem brasileiras com que cresceu. Assumindo um papel com pinceladas de messiânico, na defesa da história nacional, o herói contesta a história oficial na festa do dia do Cruzeiro. Um mulato discursava que o Cruzeiro eram quatro estrelas para as quais apontava, conhecidas por Macunaíma por serem “o Pai do Mutum morando no campo do céu”. Com raiva do mulato, berra: “Não é não!” E passa a explicar para a multidão a verdadeira história (ou lendas) daquela constelação. Ao final, tanto ele como o povo que o ouvia saíram comovidos.⁹⁷

Nessa passagem, pode-se dizer que o herói assume aquela que seria, segundo Walter Benjamin, a tarefa do historiador, qual seja, “escovar a história a contrapelo”.⁹⁸ Benjamin denuncia que a história tradicionalmente transmitida e reproduzida é aquela das classes dominantes, enquanto que as infinitas histórias para além da “oficial” são relegadas ao esquecimento:

Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. (...) Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais.⁹⁹

⁹⁴ ANDRADE, M. de., 2007, p. 100.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 102.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 115.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 116-118.

⁹⁸ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política* (Obras escolhidas v. 1). São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 225.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 225.

O excerto, que é um retrato da violência da chamada “história dos vencedores” ao se impor sobre a “história dos vencidos”, é invertido em *Macunaíma*:

Nesse momento, um mulato da maior mulataria trepou numa estátua e principiou um discurso entusiasmado explicando pra Macunaíma o que era o dia do Cruzeiro. (...) Só depois do homem apontar muito e descrever muito é que Macunaíma pôs reparo que o tal de Cruzeiro era mas eram aquelas quatro estrelas que ele sabia muito bem serem o Pai do Mutum morando no campo do céu. Teve raiva da mentira do mulato e berrou:

- Não é não!

(...)

- ... o símbolo mais...

- Não é não!

- Apoiados!

- Fora!

- Psiu!... Psiu!...

- ... mais su-sublime e maravilhoso da nossa ama-mada pátria é aquele misterioso Cruzeiro lucilante que...

- Não é não!

(...)

- Não é não! que outros gritavam também.

Com tanta bulha afinal o mulato entrupigaitou e todos os presentes animados pelo “Não é não!” do herói estavam com muita vontade de fazer um chinfrim. Porém Macunaíma tremia tão tiririca que nem percebeu. Pulou em riba da estátua e principiou contando a história do Pai do Mutum.

Macunaíma revolta-se diante do discurso triunfal do mulato, e é apoiado por todos os outros presentes. Quem vence, ao final desse episódio, é o herói e o nome “Pai do Mutum” para a constelação. No entanto, em Benjamin e na realidade, o nome vencedor é “Cruzeiro”, que remete não só à constelação, mas à data comemorativa (na qual se passa o trecho acima) do dia do Cruzeiro, festa do Santo Cruzeiro ou da exaltação da Santa Cruz, comemoração cristã trazida pelos jesuítas. Novamente, aponta-se aqui para o processo de exclusão cultural sofrido no Brasil, através da imposição da cultura branca sobre as demais.

Seguindo com a rapsódia de Mário de Andrade, é possível perceber nela dois fenômenos recorrentes: as transformações e as fugas de Macunaíma.

O ambiente mágico no qual se passa a história permite que o protagonista passe por diversas transformações físicas. Para presenciar uma conversa, transforma-se em um capixara, que seria formiga macho; para subtrair o anzol de

um pescador, vira um peixe grande chamado aimará e, em seguida, uma piranha.¹⁰⁰ Não apenas assume a forma de animais, como também muda de idade (na infância, se transformava em homem quando passeava com a companheira do irmão¹⁰¹) e, ao final do livro, vira a constelação Ursa Maior. Por duas vezes, o herói morre e revive, graças aos cuidados de seu irmão Maanape, que era feiticeiro. Proença observa ainda que, “depois da macumba, Macunaíma é o próprio Mário que sai em companhia de Manuel Bandeira, Ascenso Ferreira e outros”.¹⁰²

As metamorfoses do herói, somadas à sua já mencionada multiplicidade racial e à diversidade de caracteres reunidos nesse personagem único, explicitam sua inconstância e ambivalência. Macunaíma, nos termos de Ataíde, teria uma “polipersonalidade”.¹⁰³

Nesse sentido, a narrativa marioandradiana evidencia a complexidade do sujeito, contrapondo-se à tentativa do direito de endurecer, simplificar e insensibilizar o traço subjetivo, impondo aos indivíduos um papel convencionado, dotado de direitos e deveres. Nas palavras de Ost, “essas pessoas jurídicas são dotadas de um papel exemplar destinado a servir de referência ao comportamento padrão que os cidadãos esperam”.¹⁰⁴

Ocorre que, na realidade, o homem, segundo análise de Costa Lima, para se proteger de sua fragilidade biológica, precisa criar uma máscara, através da qual estabelecerá as relações sociais: a *persona*. Esta se concretiza e atua pela assunção de papéis, que podem ser tanto socialmente impostos como fruto da escolha individual.¹⁰⁵ Neste caso, há uma mútua atualização entre os papéis e a *persona*: mesmo que o sujeito seja tímido e inibido, pode comportar-se como destemido, como reação a algum tipo de pânico que sente.¹⁰⁶ Desse modo, o autor conclui que “a armadura da *persona* é sempre uma plástica argila, passível de

¹⁰⁰ ANDRADE, M. de., 2007, p. 130-132.

¹⁰¹ ANDRADE, M. de., 2007. Trechos da obra onde ocorre tal transformação: “(...) ele botou corpo num átimo e ficou um príncipe lindo” (p. 14); “(...) o pequeno foi crescendo foi crescendo e virou príncipe lindo” (p. 15); “Foi desempenando crescendo fortificando e ficou do tamanho dum homem taludo” (p. 25).

¹⁰² PROENÇA, M. C., 1977, p. 9.

¹⁰³ ATAÍDE, Vicente. *Modernismo*. Curitiba: HDV, 1983. p. 57.

¹⁰⁴ OST, F., 2005, p. 16-17.

¹⁰⁵ LIMA, Luiz Costa. *Pensando nos trópicos*: (dispersa demanda II). Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 43.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 46.

desenhos até contraditórios. Manter-se sempre igual a si mesmo equivaleria a destruir a própria armadura.”¹⁰⁷ E, para tornar a questão ainda mais complexa, ainda coloca que o papel, além ser desempenhado para as outras pessoas, também “transforma em fantasia o que o agente pensa de si mesmo.”¹⁰⁸

Enquanto o direito tenta simplificar o sujeito, o contrário se passa com os personagens literários. Como, na literatura, nada é impossível, há permuta de papéis, experimentação de combinações de valores e situações, e jogo com a grandeza dos personagens. Macunaíma ora é bondoso, ora vingativo; ora é ingênuo, ora maldoso. O tom muitas vezes cômico da obra abala as convenções sociais, e questionam-se as referências em relação às quais uma conduta é avaliada como conveniente ou não, ou como justa ou injusta.¹⁰⁹ Em outras palavras, “o ficcional não tem em seu horizonte a verdade. (...) o texto ficcional não nos ensina outras ou melhores maneiras de convivência (...) [mas sim, ele] só cumpre sua “vocação” quando é potencialmente crítico.”¹¹⁰

A trajetória de Macunaíma também revela aspectos da realidade social da época, de urbanização incipiente, da Velha República no Brasil, permitindo a experimentação de situações que revelam a natureza do regime (social, político e econômico) que a integra e o grau de justiça que nela prevalece.¹¹¹

Outro tema recorrente em *Macunaíma*, como mencionado, são as fugas do herói. Fugindo da velha Ceici, que o perseguia, foi de Manaus a perto da Argentina; em seguida,

passando no Ceará decifrou os letreiros indígenas do Aratanha; no Rio Grande do Norte costeando o serrote do Cabelo-não-tem decifrou outro. Na Paraíba, indo de Manguape pra Bacamarte passou na Pedra-Lavrada com tanta inscrição que dava um romance. Não leu por causa da pressa e nem a da Barra do Poti no Piauí, nem a de Pajeú em Pernambuco, nem a dos Apertados do Inhanhum (...).¹¹²

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 46.

¹⁰⁸ LIMA, L. C., 1991. p. 49.

¹⁰⁹ OST, F., 2005, p. 17-18.

¹¹⁰ LIMA, L. C., *op. cit.*, p. 51.

¹¹¹ OST, F., *op. cit.*, p. 18.

¹¹² ANDRADE, M. de., 2007, p.136.

Foi tanto deslocamento que Macunaíma “não sabia bem mais em que parte do Brasil estava”.¹¹³

Não há particularização geográfica nem temporal em Macunaíma. Peixes de diferentes águas brasileiras habitam um mesmo local, e personagens de diferentes épocas fazem aparições inusitadas na história (como os holandeses, do século XVII, e João Ramalho, do século XVI).

Tudo isso demonstra a tentativa de Mário de Andrade de construir uma “entidade nacional”, expondo elementos que julga imprescindíveis em uma cultura nacional, como psicologia e maneira de expressão próprias.¹¹⁴

Vivendo em São Paulo, Macunaíma adquire hábitos urbanos, europeus e estadunidenses. Exemplo disso é o consumismo com o qual se acostuma. Após pegar carona com um tuiuiú que se transformara na máquina aeroplano, Macunaíma agradece o animal e paga-lhe com um conselho, pois tinha pouco dinheiro. Porém, em seguida se esquece da economia, pois “estava tão acostumado a gastar”, que lhe pagou dez contos.¹¹⁵ O próprio dinheiro seria um elemento estranho às terras brasileiras, sendo também representativo do europeu.

Quase no final do romance, após ser avisado de que Venceslau Pietro Pietra voltara de viagem, Macunaíma vai até a casa do rival para matá-lo. Usando uma armadilha do gigante contra ele próprio, derrota-o, e recupera sua preciosa muiraquitã, terminando por cumprir sua missão nas terras paulistanas.

Na viagem de volta, Macunaíma mal esconde seu otimismo. Estava com sua muiraquitã, e retornava à sua terra natal. Ainda assim, não deixou de sentir, por alguns momentos, saudades de São Paulo... Nesse momento, seu lábio treme de comoção, e o tembetá quase cai no rio. O herói então se lembra de seu amor primeiro, Ci, Mãe do Mato.¹¹⁶ Apesar das mudanças que ocorreram na sua vida, havia uma circunstância da qual não poderia se furtar: era sul-americano, especificamente brasileiro.

A vida no Uraricoera, porém, não era mais a mesma. Ao final do livro, Macunaíma perde os dois irmãos e, pela segunda vez, a preciosa muiraquitã. Solitário e aos pedaços (literalmente), o herói fica desolado, e não vê mais graça

¹¹³ *Ibid.*, p.137.

¹¹⁴ ANDRADE, M. de., 2007, p. 225-226.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 137-138.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 175-176.

nessa terra. Percebe que tudo pelo o que passou foi se não “um se deixar viver”, e decide subir ao céu e virar estrela; viver “o brilho inútil das estrelas”.¹¹⁷

A partir do esfacelamento físico, e, por que não, também cultural e axiológico de Macunaíma, representando a perda da cultura e dos valores brasileiros, passa-se a abordar, a seguir, como os modernistas enfrentaram e como o direito poderia enfrentar este problema.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 208.

3 EM BUSCA DA “ENTIDADE NACIONAL DOS BRASILEIROS”

3.1 A SEMANA DE ARTE MODERNA DE 1922, MÁRIO DE ANDRADE E MACUNAÍMA

Mário de Andrade revelou, no 1º Prefácio de *Macunaíma*, em 1926, que vivia em uma busca constante pela “entidade nacional dos brasileiros”.¹¹⁸ No uso do autor, o significado da expressão se aproximaria de “tradição”, envolvendo elementos como costumes, comportamento, sentimento, língua e história.¹¹⁹

Sob essa perspectiva, o autor e sua obra encontram-se em sintonia com a proposta do movimento modernista literário brasileiro.¹²⁰

O modernismo foi um movimento de renovação estético-literária que teve como um dos marcos a Semana de Arte Moderna de 1922. Em que pese nos anos que a antecederam já haverem artistas preocupando-se com a distonia entre a fala brasileira e a língua lusitana, foi com o evento que o movimento ganhou maior visibilidade.¹²¹

A chamada “Semana de 22” ocorreu entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo. O local se transformou em um dos maiores pontos de convergência da cidade, ao mesmo tempo em que o evento provocou muita polêmica. As manifestações dos artistas eram normalmente acompanhadas de vaia e aplausos, despertando sentimentos opostos.¹²² Apenas para ilustrar essa atmosfera, cita-se a primeira apresentação de Vila-Lobos na Semana. Os novos arranjos e instrumentos utilizados pela orquestra por ele regida provocaram o público, ao ponto de a retirada dos espectadores e o som de suas vaia, assobios, gritos e aplausos obrigarem a direção do teatro a encerrar o espetáculo.¹²³

¹¹⁸ ANDRADE, M. de., 2007, p. 217.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 217.

¹²⁰ PROENÇA, M. C., 1977, p. 19.

¹²¹ BOAVENTURA, Maria Eugenia. *A vanguarda antropofágica*. São Paulo: Editora Ática, 1985. p. 2.

¹²² BOPP, Raul. *Vida e morte da antropofagia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1977. p. 27-29.

¹²³ *Ibid.*, p. 28-29.

O modernismo brasileiro, então inaugurado, estava em consonância com grandes movimentos internacionais de renovação de ideias e da arte, como as vanguardas europeias (expressionismo, futurismo, dadaísmo, surrealismo, dentre outras), ao mesmo tempo em que pregava a tomada de consciência da realidade brasileira. Embora não houvesse, na Semana de 22, uma homogeneidade de tendências, todas eram contra a *tradição acadêmica*. No campo literário, isso se expressou por inovações nos níveis temático, vocabular, sintático e ideológico das obras.

A data escolhida para a realização da Semana de 22 foi estratégica: aquele era o ano do centenário da Independência *política* do Brasil. Segundo Oswald de Andrade, o centenário seria o ano de independência *cultural* do País.¹²⁴ Isso porque o cenário de então estava marcado pela falta renovação do ambiente literário. Diante disso, Graça Aranha expressou preocupação, afirmando que “a nossa literatura está morrendo de academicismo.”¹²⁵

A história da literatura brasileira, até então, era marcada por um hiato entre as letras e as condições sociais existentes. As ideias da metrópole dominavam as elites do País, cultivando-se a língua e a literatura lusas. Em suma, não havia contato direto da produção literária com o ambiente nacional.¹²⁶

Por isso, segundo Raul Bopp, “o principal mérito da agitação de 1922 foi acordar o Brasil de um estado de estagnação.”¹²⁷

As repercussões da reviravolta modernista propiciaram transformações na vida nacional, alcançando até mesmo camadas da política. Como relatou Raul Bopp, o Chefe do Governo da época chegou a adotar medidas que desatendiam às pressões do então dominante coronelismo retrógrado, em atenção ao momento de renovação cultural.¹²⁸

¹²⁴ ATAIDE, V., 1983. p. 12.

¹²⁵ BOPP, R., 1977. p. 26.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 35.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 37.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 30-31.

3.2 NACIONALISMO, AUTOCONHECIMENTO E O HERÓI SEM NENHUM CARÁTER

Expressão desse rompimento e inovações modernistas é *Macunaíma*. A narrativa mistura lendas indígenas e a vida cotidiana com o folclore e a cultura popular brasileira, fazendo uso de uma linguagem repleta de regionalismos, neologismos e próxima da oralidade.

Exemplificando tal linguagem, transcreve-se a passagem em que Macunaíma e seus irmãos se escondiam da cabeça de Capei, conhecida por suas malvadezas. Decapitada pelo herói, porém, não fazia mais mal algum, vindo a se tornar a lua do céu:

(...) Não durou muito a cabeça chegou. Juque! bateu.

- Que que há?

- Abra a porta pra mim entrar!

Porém jacaré abriu? nem eles! e a cabeça não pôde entrar. Macunaíma não sabia que a cabeça ficara escrava dele e não vinha pra fazer mal não. A cabeça esperou muito porém vendo que não abriam mesmo matutou no que ia ser. Si fosse ser água os outros bebiam, si fosse ser formiga esmagavam, si fosse mosquito flitavam, si fosse trem-de-ferro descarrilhava, si fosse rio punham no mapa... Resolveu: "Vou ser Lua."¹²⁹

A linguagem popular dá espaço à "erudita" no capítulo "Carta pras Icamiabas", no qual Mário de Andrade satiriza a língua escrita e rebuscada portuguesa. Na carta, Macunaíma, encantado com São Paulo, dirige-se às mulheres de seu império do Mato-Virgem, fazendo uso da língua portuguesa ("também conhecida como lusitana") em sua forma mais "erudita", condizente com o "bom falar lusitano" e com a "lição dos clássicos, á pronúncia de Cleópatra, dicção mais moderna."¹³⁰ A carta assim começa:

Não pouco vos surpreenderá, por certo, o endereço e a literatura desta remissiva. Cumpre-nos, entretanto, iniciar estas linhas de saùdade e muito amor, com desagradável nova. É bem verdade que na boa cidade de São Paulo – a maior do universo, no dizer de seus prolixos habitantes – não sois conhecidas por

¹²⁹ ANDRADE, M. de., 2007, p. 43.

¹³⁰ Expressões retiradas de ANDRADE, M. de. *op. cit.*, p. 97-99.

“icamiabas”, voz espúria, sinão que pelo apelativo de Amazonas; e de vós, se afirma, cavalgades ginetes belígeros e virdes da Hélade clássica; e assim sois chamadas. Muito nos pesou a nós, Imperador vosso, tais dislates da erudição, porém heis de convir conosco que, assim, ficais mais heroicas e mais conspícuas, tocadas por essa plátina respeitável da tradição e da pureza antiga.¹³¹

Percebe-se nessa passagem uma valorização (irônica) da tradição e do rebuscado da escrita portuguesa.

A dicotomia entre as linguagens dos dois trechos transcritos acima é evidenciada, novamente, quando se narra que o herói passou as semanas de espera pela volta de viagem do seu rival “se aperfeiçoando nas duas línguas da terra, o brasileiro falado e o português escrito”.¹³² Note-se que a língua falada recebe aqui o *status* de brasileira, pois, sendo mais dinâmica e mais utilizada pelo povo, recebeu diversas contribuições populares, tornando-se assim expressão da cultura nacional. Por outro lado, a linguagem escrita foi adjetivada como portuguesa, pois permanecia estanque e atrelada às regras lusitanas. Tudo isso indica a pretensão do escritor em dar à língua portuguesa uma expressão brasileira.

Os elementos linguísticos, colhidos por Mário de Andrade em atenta observação cultural, seriam, segundo ele próprio, temidos “pelos geniais escritores brasileiros da formosíssima língua portuguesa.”¹³³ Tal ironia vale também para a crítica do direito, considerando que este é, por vezes, tão resistente a mudanças e novidades, ainda mais se estas provierem de leigos.

O apego do direito à tradição se manifesta sob as mais diversas formas; das vestimentas dos juristas (principalmente magistrados, promotores e advogados) à pompa dos lugares por eles frequentados (como tribunais, escritórios de advocacia e faculdades de Direito), da linguagem utilizada na área à interpretação e à aplicação do direito. O ambiente criado por esses fatores apenas acentua o distanciamento do direito do meio social, e dificulta o acesso da grande massa de cidadãos à justiça.

Diante disso, é contramajoritária uma proposta como a de aproximar a linguagem jurídica daquela dominada pelo povo. Não se trata aqui de abrir mão de todo o rigor científico buscado no direito (herança do positivismo), mas sim, de funcionalizar sua linguagem, de modo que o cidadão possa entender o que se passa

¹³¹ ANDRADE, M. de., 2007, p. 97.

¹³² *Ibid.*, p. 113.

¹³³ *Ibid.*, p. 232.

nos processos que tem interesse, as decisões (judiciais ou não) que ele atingem e as leis a ele dirigidas. Essa nova expressão do direito certamente contribuiria para uma maior participação popular no Estado democrático de direito.

Apenas para exemplificar como isso é possível, cita-se aqui aquela que ficou conhecida como “sentença para marceneiro entender”. Um juiz de uma pequena cidade da Bahia, em 2005, ao sentenciar um caso envolvendo direitos do consumidor, fez uso de linguagem coloquial, próxima da oralidade; justamente para o marceneiro, autor da ação e leigo em direito, poder facilmente entender. Abaixo, um trecho da decisão:

Processo Número: 0737/05

Quem pede: José de Gregório Pinto

Contra quem: Lojas Insinuante Ltda., Siemens Indústria Eletrônica S.A e Starcell

Ementa: UTILIZAÇÃO ADEQUADA DE APARELHO CELULAR. DEFEITO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO FABRICANTE E DO FORNECEDOR.

Sentença: Vou direto ao assunto. O marceneiro José de Gregório Pinto, certamente pensando em facilitar o contato com sua clientela, rendeu-se à propaganda da Loja Insinuante de Coité e comprou um telefone celular, em 19 de abril de 2005, por suados cento e setenta e quatro reais. Leigo no assunto, é certo que não fez opção por fabricante. Escolheu pelo mais barato ou, quem sabe até, pelo mais bonitinho: o tal Siemens A52. Uma beleza! (...) ¹³⁴

Pela leitura integral da sentença, percebe-se que ela não carece dos requisitos legais para ser válida e eficaz; apenas deixou de lado o formalismo típico do direito e dos juristas.

Já no campo literário, a revolução literária de 1922 contribuiu para a abertura e dinamização dos elementos culturais, incentivando a pesquisa formal e ampliando a diversidade temática atinente à realidade nacional. ¹³⁵

¹³⁴ PINHEIRO, Aline. Juiz da Bahia diz que escreve sentença para marceneiro ler. In: Consultor Jurídico. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2007-jul-01/juiz_bahia_escreve_sentenca_marceneiro_ler> Acesso em: 03/11/2011. O caso foi amplamente noticiado na época, tendo mesmo circulado através de “correntes” por e-mail.

¹³⁵ TELES, G. M. *Vanguarda Europeia e modernismo brasileiro*: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972. 13ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 277.

Os modernistas em geral, dentre eles Mário de Andrade, buscavam, além da “especulação estética”, a compreensão do comportamento e das necessidades brasileiras. O que propunham era, pois, o conhecimento do povo brasileiro em profundidade, através da pesquisa nacional e da descoberta da criação e da técnica popular, ligando-o a um dever ser social e mesmo político.¹³⁶

No caso de Mário de Andrade, a base desse conhecimento seria o Folclore, em seu conceito amplo.¹³⁷ O escritor aprofundou seu estudo do homem brasileiro nas manifestações folclóricas, pesquisadas como forma de conhecimento. Acreditava que a partir do pensamento popular brasileiro pesquisado e da divulgação de elementos folclóricos, poderia levar o Brasil a seu autoconhecimento, conduzindo-o, num primeiro momento, ao nacionalismo, e, por fim, ao universalismo.¹³⁸

O conhecimento e fortalecimento da cultura brasileira, pretendidos pelos modernistas, visavam a “construção de um dique capaz de deter a importação de soluções estéticas artificiais, as quais, ainda que usadas inconscientemente, afastavam o Brasil de seu autoconhecimento.”¹³⁹

Tal afastamento é ilustrado em diversas passagens de *Macunaíma*. Antes de deixar São Paulo, o herói gasta o restante de seu dinheiro comprando “o que mais o entusiasmara na civilização paulista”: um revólver Smith-Wesson, um relógio Pathek e um casal de galinha Legorne:¹⁴⁰ todos produtos importados. Na “carta pras icamiabas”, Macunaíma destaca as paulistanas e tudo o que elas teriam aprendido com as “mestras” europeias, sobretudo as francesas:

Pois não contentes de terem aprendido de França, as subtilezas e passes da galantaria á Luís XV, as donas paulistanas importam das regiões mais inhóspitas o que lhes acrescenta ao sabor, tais como pezinhos nipônicos, rubis da Índia, desenvolturas norteamericanas; e muitas outras sabedorias e tesoiros internacionais.¹⁴¹

¹³⁶ LOPEZ, T. P. A., 1972, p. 168.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 168.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 102.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 125.

¹⁴⁰ ANDRADE, M. de., 2007, p. 173.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 101.

Impressionado pelos hábitos e produtos importados, o protagonista deixa de reconhecer e valorizar o que é brasileiro, afastando-se de sua identidade. Não apenas isso, mas Macunaíma revelou que, descrevendo a cidade de São Paulo para suas súditas, tinha o intuito de “construir uma igual” no seu Império (sua terra natal).¹⁴²

São comuns manifestações no sentido de ser necessário “copiar” experiências que deram certo em outros países, principalmente europeus e da América anglo-saxã. Ocorre que é igualmente corriqueiro a importação dessas experiências não atentar às peculiaridades da realidade nacional, bastante diversa dos países nórdicos. Desse quadro não escapa o direito; a introdução de institutos jurídicos estrangeiros no Brasil será tratada adiante, no ponto 3.4 deste capítulo.

É essa importação criticada pelos modernistas.

Mário de Andrade, no prefácio de *Na pancada do ganzá*, afirmou que “talvez nosso maior erro seja a fatalidade de importar uma civilização europeia, que não se adaptará absolutamente ao nosso local, civilização primordialmente anticlimática.”¹⁴³

Depois, segue dizendo que ainda que se aproveitem da civilização europeia “algumas das suas verdades práticas”, seria preciso criar uma civilização menos economista e mais espiritualista.¹⁴⁴

Em dado momento de *Macunaíma*, Vei, a Sol, quer que o herói case com uma de suas filhas, “filhas da luz”, que, segundo Mário de Andrade, representariam as grandes civilizações tropicais, como China, Índia, Peru, México e Egito. Macunaíma, como de costume, jura pela memória da mãe dele que seria fiel, e as esperaria na jangada de Vei. Porém, logo após a promessa, veio a vontade de quebrá-la, e ele vai amulherar-se com uma portuguesa, do Portugal que deixou para o Brasil os princípios cristãos-europeus. A vingança de Vei, da região quente solar, vem no final do livro. Ela faz aparecer no fundo de uma lagoa uma Uiara enganosa (bela sereia que viveria no rio Amazonas) para matá-lo. Macunaíma sente um desejo enorme em se aproximar dela, mas hesita, pois a água estava forçadamente fria para aquele clima quente no pino do dia. O frio representaria o clima moderado europeu, e a própria ondulação da água, ouro e prata, alude a uma cantiga-de-roda ibérica, de acordo com o autor. Em seguida, Vei intensifica o calor sobre Macunaíma, que não

¹⁴² ANDRADE, M. de., 2007, p. 103.

¹⁴³ LOPEZ, T. P. A., 1972, p. 115.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 115.

resiste mais à água fria e nela se atira, sendo devorado por vários animais que ali viviam.¹⁴⁵

Segundo Mário de Andrade, “o brasileiro (...) está preso à civilização europeia, artificial para seu clima e seu meio.”¹⁴⁶ Da mesma forma, explica Ancona Lopez, na alegoria

Macunaíma não fica fiel à filha de Vei, a Sol, isto é, a uma possível cultura tropical, mas se compromissa com a portuguesa e parte para a cidade da máquina [São Paulo]. Depois, quando tenta regressar à fidelidade de sua antiga vida no Uraricoera, é punido por suas próprias contradições (...).¹⁴⁷

Assim como Macunaíma só poderia realizar-se uma vez encontrando a muiraquitã, ou seja, recuperando suas raízes tropicais, o brasileiro, o Brasil e seu povo só poderiam se impor como cultura quando assumissem sua verdadeira e autêntica personalidade.¹⁴⁸

Com isso, segundo Ataíde, Mário apenas queria uma realização americana e brasileira para o homem que existe no seu país.¹⁴⁹ Da mesma forma, afirma Ancona Lopez, a transformação, ao final do livro, de Macunaíma em estrela-guia, protetora do brasileiro no céu, “indica uma situação de espera da fidelidade do brasileiro à sua ambiência, que resultaria na almejada “civilização climática””.¹⁵⁰

Nesse sentido, Mário de Andrade, no 1º Prefácio de *Macunaíma*, explicou que o brasileiro só poderia superar suas dificuldades ao assumir sua identidade e sua realidade.¹⁵¹

Essa necessidade de autoconhecimento do brasileiro é encarnada pelo próprio Macunaíma; por isso é ele o “herói sem nenhum caráter”.

A esse respeito, o escritor concluiu, da sua experiência até 1926, que o brasileiro não tem caráter, no sentido tanto de uma realidade moral como também de uma “entidade psíquica permanente, se manifestando por tudo, nos costumes na

¹⁴⁵ ANDRADE, M. de., 2007, p. 235-236.

¹⁴⁶ ANDRADE, M. de. Notas diárias. Mensagem. *Apud*: LOPEZ, T. P. A., 1972, p. 113.

¹⁴⁷ LOPEZ, T. P. A., *op. cit.*, p. 113-114.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 114-115.

¹⁴⁹ ATAÍDE, V., 1983. p. 57.

¹⁵⁰ LOPEZ, T. P. A., *op. cit.*, p. 199 e 56.

¹⁵¹ ANDRADE, M. de. *op. cit.*, p. 218.

ação exterior no sentimento na língua na História na andadura (...).¹⁵² E continua: “O brasileiro não tem caráter porque não possui nem civilização própria nem consciência tradicional”,¹⁵³ criada por séculos. Ele compara o brasileiro a um rapaz de vinte anos: é possível perceber suas tendências gerais, mas não é possível afirmar coisa alguma.¹⁵⁴

Dois anos depois, Mário de Andrade voltou a falar desse distintivo do herói: “Falta de caráter no duplo sentido de indivíduo sem caráter moral e sem característico.”¹⁵⁵

Nessa mesma direção apontou Osório de Oliveira. Nas suas palavras, o personagem é “uma figura turbulenta e sem medida, que encarna o caos psicológico de um povo em que os mais diversos elementos racionais e culturais se reuniam, sem que estejam, por enquanto, amalgamados.”¹⁵⁶

As características reunidas em Macunaíma são tão volúveis que, como observou Mário numa carta a seu amigo Manuel Bandeira, “o caráter que [Macunaíma] demonstra num capítulo ele desfaz noutro.”¹⁵⁷ Os próprios irmãos do herói corroboram essa afirmação. Após descobrirem que o irmão mais novo tentara passar-lhes a perna outra vez, Jiguê e Maanape “verificaram que Macunaíma era muito safado e sem caráter.”¹⁵⁸

Como observou Proença, Macunaíma “encarna uma enorme variedade de personagens, ora boas, ora más, ora ingênuas; quase sempre ingênuas.”¹⁵⁹ Assim, não se atem à moral de uma época, mas concentra todas as virtudes e defeitos que nunca são encontrados juntos em um único indivíduo. Mário de Andrade quis satirizar o brasileiro,¹⁶⁰ ao mesmo tempo em que se esquivou de tomar qualquer tom moralizante.

¹⁵² ANDRADE, M. de., 2007, p. 217.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 217.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 217-218.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 228.

¹⁵⁶ OLIVEIRA, J. Osório de. *Apud* PROENÇA, M. C., 1977, p. 8.

¹⁵⁷ PROENÇA, M. C., *op. cit.*, p. 11.

¹⁵⁸ ANDRADE, M. de. *op. cit.*, p. 158.

¹⁵⁹ PROENÇA, M. C. *op. cit.*, p. 9.

¹⁶⁰ O primeiro prefácio da obra transparece a desilusão de Mário de Andrade, que descobriu o brasileiro cheio de defeitos, e os exagerou e os acumulou no seu Macunaíma (PROENÇA, M. C. *op. cit.*, p. 6).

O próprio folclore, que constitui a rapsódia, é mais amplo que a restrita dicotomia entre “bem” e “mal”, sendo sobretudo humano, e, por isso, repleto de grandezas e também de misérias.

Ao contrário do que se possa pensar, *Macunaíma* representa não só o brasileiro, mas, antes disso, o latino-americano. Na verdade, ele seria, segundo Mário de Andrade, tão venezuelano quanto brasileiro.¹⁶¹

Um episódio de *Macunaíma* retrata exatamente isso. Logo após a decisão de viajar a São Paulo, o herói foi até a ilha de Marapatá, na foz do rio Negro, deixar sua consciência em uma árvore bem alta, para não ser comida pelas saúvas. Tal era a tradição dos seringueiros; segundo Orico, “na época da exploração da borracha dizia-se que todos que entravam nos seringais adentro deixavam a consciência na ilha de Marapatá e sem ela estavam aptos a tudo fazer para conseguir riquezas.”¹⁶² Quando volta da cidade, porém, não a encontra. Ao invés, pega a consciência de um hispano-americano, e “se dá bem da mesma forma.”¹⁶³

Aqui há uma identificação do brasileiro com o hispano-americano, naturalidades aproximadas pela sua história e seu passado colonial. Com isso, destaca-se o fato de que as nações vizinhas da América Latina têm muito em comum, possibilitando um aprendizado e uma colaboração conjunta. O caminho para o desenvolvimento seria este, e não aquele que busca espelhar-se somente na Europa, continente de realidade diversa.

No livro, *Macunaíma*, após o fracasso de seus planos de viajar para a Europa atrás de Venceslau Pietro Pietra, diz aos irmãos: “Paciência, manos! não! não vou na Europa não. Sou americano e meu lugar é na América. A civilização europeia na certa esculhamba a inteireza do nosso caráter.”¹⁶⁴ Nesse ponto está refletido o próprio Mário de Andrade, que, conforme estudou Milliet,

ao contrário da maioria dos homens de letras de sua geração, não saiu nunca do Brasil, receoso de perder nos contatos com a Europa ou a América, algo de sua personalidade tão característica... Receoso de se empobrecer numa aculturação que o impedisse de se realizar completamente.¹⁶⁵

¹⁶¹ ANDRADE, M. de., 2007, p. 226.

¹⁶² ORICO, Oswaldo. Vocabulário de credices amazônicas, *apud* PROENÇA, M. C., 1977, p. 167.

¹⁶³ ANDRADE, M. de., *op. cit.*, p. 188.

¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 144-145.

¹⁶⁵ MILLIET, Sérgio. *Apud* PROENÇA, M. C., *op. cit.*, p. 29.

A atitude de Mário de Andrade e seu personagem transparecem nacionalismo, tido como uma primeira etapa de autoconhecimento, para depois se chegar ao universalismo.¹⁶⁶

A escolha por esse caminho está presente nas próprias características do modernismo. Para Tasso da Silveira, os postulados estéticos da arte moderna seriam “velocidade expressional, totalidade, brasilidade e universalidade.”¹⁶⁷ Estes últimos, significariam, respectivamente, fazer viver a realidade brasileira e exprimi-la como integrada na realidade universal.¹⁶⁸ A internacionalidade seria o “alastramento do conceito de pátria de forma a abranger toda a humanidade.”¹⁶⁹

Quando todos estavam falando em nacionalismo, Mário de Andrade negou-o, escrevendo, na crônica *Cartaz*, em 1926, as seguintes palavras:

Precisa-se de nacionais sem nacionalismo, capazes de entender que são elementos-quantitativos da humanidade, qualificados porém pela descendência e pelo sítio, movidos pelo presente mas estando naquele cio racial que só as tradições maduram! (...) ENFIM: PRECISA-SE BRASILEIROS.¹⁷⁰

Na verdade, nesse excerto, o autor apenas explicita o princípio modernista de que o Brasil só cresceria para o mundo e poderia com ele melhor contribuir a partir de seu autoconhecimento, e o consequente desenvolvimento de suas particularidades, mormente sua cultura. A ambição modernista seria tornar o Brasil uma nação com forma própria, de forma a conquistar sua individualidade cultural e um lugar no “concerto das nações”, como dizia Mario de Andrade.

Logo no início da carreira, o criador de *Macunaíma* demonstrava preferência pelos chamados “poetas sociais”, já se encaminhando para uma escrita mais engajada.¹⁷¹ Ele tinha consciência de seu papel como intelectual e escritor em renovar a literatura brasileira, considerando a realidade, a circunstância e seu compromisso com o Brasil. Com vistas a cumprir esse papel engajado, e a

¹⁶⁶ LOPEZ, T. P. A., 1972, p. 169.

¹⁶⁷ AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. *Poetas do modernismo*; antologia crítica, vol. I. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1972. p. 10.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 10.

¹⁶⁹ LOPEZ, T. P. A., 1972, p. 215.

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 205-206.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 29-30.

compreender melhor a sociedade em que vivia, estudou áreas como folclore, antropologia, sociologia, história, psicologia e psicanálise.¹⁷²

Como estuda Ancona Lopez,

Assim, a assimilação da literatura popular vai sedimentando a linha do compromisso, levando-o [Mário de Andrade] à análise do povo. Torna-se sua ponte de ligação mais nítida com a realidade brasileira, pois recebe da criação popular sua dimensão psicológica e mesmo sociológica.¹⁷³

Logo depois de escrever *Macunaíma*, entre 1928 e 1929, Mário de Andrade fez uma longa viagem pelo Nordeste, empenhado na pesquisa do folclore, como meio de compreensão do contexto nacional. Nesse primeiro momento, “valoriza os aspectos estéticos do folclore, bem como as ligações que eles possam ter com a economia e a cultura brasileira”.¹⁷⁴ Nesse empreendimento, Mário destacou que era preciso respeitar a composição popular em sua linguagem e em sua estrutura, pois aquilo que seria considerado “erro” poderia ser, na maioria das vezes, “elemento da expressão popular, importante para explicar as origens sociais e geográficas da composição literária.”¹⁷⁵

A linguagem sonorizada, bem como as imagens pornográficas de *Macunaíma*, segundo o próprio Mário de Andrade, foram inspiradas nos livros religiosos e nos contos difundidos pelo rapsodismo popular, ambos repletos desses elementos.¹⁷⁶ A linguagem é explorada como forma de conhecer o comportamento humano e como possibilidade do povo ter consciência de suas próprias características e tradição.¹⁷⁷

3.3 ANTROPOFAGIA

¹⁷² LOPEZ, T. P. A. Introdução. In: LOPEZ, T. P. A., 1972.

¹⁷³ LOPEZ, T. P. A., *op. cit.*, p. 11-12.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 83.

¹⁷⁵ *Ibid.*, p. 124.

¹⁷⁶ ANDRADE, M. de., 2007, p. 218.

¹⁷⁷ LOPEZ, T. P. A. *op. cit.*, p. 199-200.

Apesar do nacionalismo acima exposto, o que aqui se defende não é uma completa rejeição à cultura estrangeira. Isso seria não apenas impraticável, devido ao estreitamento das relações internacionais contemporâneas, como, principalmente, implicaria um empobrecimento cultural, tendo em vista as ideias e práticas de fora podem muito enriquecer (e enriquecem) o ambiente nacional. Como estudou Ancona Lopez, Mário de Andrade também apontava para a necessidade da contribuição estrangeira, mesmo numa literatura pautada pelo nacionalismo.¹⁷⁸

Para isso, é preciso transformá-las criticamente, deglutindo-as e devolvendo-as, em um raciocínio antropofágico.

Segundo Boaventura, a chamada “Antropofagia”, surgida no modernismo literário, intensificou a ruptura marcada pelo ano de 1922, pois, opondo-se à literatura oficial da época, contestou a ideologia dominante e a sociedade que a glorificava,¹⁷⁹ tratando de problemas pertinentes à realidade brasileira.

O “Manifesto Antropófago”, escrito por Oswald de Andrade, propunha a “devoração” da cultura e das técnicas importadas e sua reelaboração, com autonomia, voltada ao contexto nacional (daí sua famosa frase, parafraseando Shakespeare, “Tupy or not tupy, that is the question”). Nas palavras de Mário,

Com efeito, já estamos naquele caso de des vaidade e largueza de espírito descuidado de si, pelo qual nos apropriamos de tudo o que as tendências, movimentos e invenções estrangeiras podem dar pra riqueza e liberdade da gente. Parece que sentimos que não tem mais possibilidade de influência estrangeira desbrasilizar a gente, porque, possuímos aquela fatalidade psicológica interior que faz toda a contribuição exterior ser bem mastigada e assimilada (...).¹⁸⁰

O movimento, portanto, procurava alcançar uma “síntese cultural própria, com maior densidade de consciência nacional.”¹⁸¹ Para isso, fazia uso de diversos recursos de linguagem, como, principalmente, a colagem e a paródia.¹⁸²

O processo de montagem do discurso da Antropofagia possuía sobretudo elementos da tradição cultural brasileira e europeia, como resultado de um processo

¹⁷⁸ LOPEZ, T. P. A., 1972, p. 212-213.

¹⁷⁹ BOAVENTURA, M. E., 1985. p. 5.

¹⁸⁰ LOPEZ, T. P. A. *op. cit.*, p. 213.

¹⁸¹ BOPP, R., 1977. p. 41.

¹⁸² BOAVENTURA, M. E. *op. cit.* p. vii.

de descolonização, de uma revolta contra a simples cópia dos modismos vindos de fora.¹⁸³

Essa mistura se expressou tanto na prosa quanto na poesia. Como exemplo, transcreve-se abaixo o poema *O trovador*, publicado pela primeira vez em 1922, na famosa *Paulicéia desvairada*, de Mário de Andrade:

Sentimentos em mim do asperamente
dos homens das primeiras eras...
As primaveras de sarcasmo
intermitentemente no meu coração arlequinal...
Intermitentemente...
Outras vezes é um doente, um frio
na minha alma doente como um longo som redondo
Cantabona! Cantabona!
Dlorom...

Sou um tupi tangendo um alaúde!¹⁸⁴

Atenta-se aqui apenas para o último verso da composição. “Tupi” sugere, como em diversos textos modernistas, o nacional, enquanto que “alaúde” é um instrumento musical de origem oriental. Em outras palavras, um brasileiro maneja um instrumento estrangeiro.

A Antropofagia se manifestou principalmente por meio da Revista de Antropofagia, que possuía como colaboradores diversos escritores, dentre eles Mário de Andrade.¹⁸⁵

Ainda que alguns, como Proença, afirmem não se poder considerar a obra *Macunaíma* como parte do movimento antropófago, por ter sido escrita antes (1926) do *Manifesto Antropófago* (1928),¹⁸⁶ é possível afirmar, a partir de seus elementos e mesmo das declarações de Mário de Andrade e de outros autores que o estudaram, que nela há características “antropófagas” (as afirmações acima de Mário de Andrade corroboram essa afirmação). O próprio Oswald de Andrade reconheceu em *Macunaíma* uma manifestação antecipada da Antropofagia.¹⁸⁷

¹⁸³ BOAVENTURA, M. E., 1985. p. vii-viii.

¹⁸⁴ ANDRADE, M. de. *O Trovador*. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/1900216>> Acesso em: 04/11/2011.

¹⁸⁵ ATAIDE, V., 1983. p. 16.

¹⁸⁶ PROENÇA, M. C., 1977, p. 35. Proença aqui segue o posicionamento de Alceu Amoroso Lima.

¹⁸⁷ CÂNDIDO, Antônio. Vários Escritos. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1970. p. 67-68. *Apud*: CAMPOS, Haroldo. *Morfologia do Macunaíma*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 12.

O *Manifesto Antropófago* saiu em 1º de maio de 1928, ano de publicação de *Macunaíma*. Em carta para Tristão de Ataíde, Mário de Andrade lamentou a coincidência: “*Macunaíma* vai sair, escrito em dezembro de 1926, inteirinho em seis dias, correto e aumentado em janeiro de 1927, e vai parecer inteiramente antropófago...”¹⁸⁸

No entanto, em outra ocasião, o escritor também afirmou que sua obra possuía, além de “lenda, história, tradição, psicologia, ciência, objetividade nacional”, também “cooperação acomodada de elementos estrangeiros”.¹⁸⁹

Nas suas palavras,

Me parece que os melhores elementos duma cultura nacional aparecem nele. Possui psicologia própria e maneira de expressão própria. (...) Possui aceitação sem timidez nem vanglória da entidade nacional e a concebe tão permanente e unida que o país aparece desgeograficado no clima na flora na fauna no homem na lenda, na tradição histórica até quanto isso possa divertir ou concluir um dado sem repugnar pelo absurdo. (...) Além disso possui colaboração estrangeira e aproveitamento dos outros, complacente, sem temor (...).¹⁹⁰

Macunaíma e a antropofagia apontam para uma necessidade de assimilação e reconstrução crítica da cultura estrangeira. Tal ideia pode ser trazida para o direito, como forma mais responsável para sua aplicação à realidade brasileira.

Para começar, o próprio uso do movimento Direito e Literatura feito neste trabalho é um exemplo de aplicação da antropofagia modernista. O movimento surgiu nos Estados Unidos e, no entanto, é aproveitado de forma a desvelar a realidade brasileira e repensar criticamente o direito.

Por outro lado, a construção do direito no Brasil não pode ocorrer de forma completamente apartada daquela realizada no resto do mundo. A doutrina, a jurisprudência e a lei devem recorrer ao estrangeiro sempre que este traga elementos para melhor pensar, aplicar ou criar o direito, desde que estejam devidamente atentas à realidade nacional.

¹⁸⁸ FERNANDES, Lygia. Cartas de Mário de Andrade. Rio de Janeiro: Livraria São José, s/de, p. 30. *Apud*: CAMPOS, H., 1973. p. 14.

¹⁸⁹ ANDRADE, M. de., 2007, p. 226.

¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 225-226.

Enquanto que a proposta da antropofagia modernista era “mastigar bem” a cultura estrangeira para só depois “assimilá-la”, rompendo, assim, com a tradição acadêmica, o campo jurídico era ainda dominado pelo conservadorismo.

3.4 O DIREITO E OS JURISTAS DO INÍCIO DO SÉCULO XX.

O final do século XIX e início do século XX foram marcados, no Brasil, pelo fim do Império e pela proclamação da República.

A primeira geração de juristas no Brasil Império formara-se em Coimbra, de modo que, ainda que o País buscasse seu próprio curso, reproduzia em grande parte o enfoque português.¹⁹¹ Diz-se *em grande parte*, pois, se até o século XVIII o direito brasileiro *era* o direito português, a partir do século XIX a cultura jurídica nacional foi ganhando peculiaridades, iniciando uma trajetória própria. Ainda assim, marcada profundamente por influências europeias, destacadamente a alemã e a francesa.¹⁹²

Dentre os juristas da época, destaca-se aqui Tobias Barreto, que rejeitava o jusnaturalismo tradicionalista que imperava na segunda metade do século XIX no Brasil, e propunha a compreensão do direito como um fenômeno histórico, cultural e social. Segundo ele, “para compreender o Brasil e para dotá-lo de instituições, era preciso deixar o idealismo dos tipos puros de legislação e investigar em primeiro lugar a natureza de nossa sociedade.”¹⁹³

Desse modo, até próximo de 1870, as Faculdades de Direito não foram centros de debates. A vida cultural jurídica se dava no foro ou na Corte. O debate apenas se avoluma com o advento da geração da República.¹⁹⁴

O Brasil de então firmava seu espaço no cenário mundial como primário-exportador, destacando-se, cada vez mais, no plantio de café. Com a abolição da

¹⁹¹ LOPES, José Reinaldo de Lima. *O direito na história: lições introdutórias*. 3a edição. São Paulo: Atlas, 2008, p. 315.

¹⁹² FONSECA, Ricardo Marcelo. A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Ano: 2006. Número 44.

¹⁹³ *Ibid.*, p. 320.

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 321.

escravatura, iniciou-se o financiamento estatal da imigração de europeus, como forma de criar uma força de trabalho assalariada (mas barata) para a cafeicultura.¹⁹⁵ Completava-se, assim, a miscelânea racial de Macunaíma, índio que, tendo nascido negro, transformou-se em branco após tomar banho na poça de água encantada.

O Estado de São Paulo ganhava rapidamente mais espaço no contexto nacional. Além do plantio de café no Vale do Paraíba, sua arrecadação decuplicou nesse período, uma vez que o imposto de exportação passou a ser arrecadado pelos Estados. Tudo isso contribui para impulsionar o crescimento e desenvolvimento regional.¹⁹⁶

A capital era uma cidade em transição: o patriarcalismo ia cedendo lugar aos interesses do poder econômico.¹⁹⁷ Como exemplo disso, Bopp cita a arte, afirmando que “São Paulo, em problemas de arte, permanecia ainda num velho conformismo, amarrado a formas antiquadas, em contradição com a sua pujança econômica”.¹⁹⁸

Concomitantemente, aconteciam debates sobre a reforma do ensino jurídico. Enquanto não existiam verdadeiras universidades, era preciso que as faculdades de direito se definissem. Nesse contexto, destaca-se a admiração pelo direito privado alemão e a influência inglesa nos costumes e práticas mercantis.¹⁹⁹

Apesar do proclamado liberalismo da República, o conservadorismo predominava politicamente. Aos juristas não caberia fomentar ou legitimar a revolução. Na avaliação do ensino jurídico brasileiro da época e sua comparação com o realizado em outros países, as conclusões chegavam sempre a um ponto próximo do “conservar tudo como estava”. Além disso, em nenhum lugar os intelectuais renderam-se tanto ao positivismo como aqui.²⁰⁰

¹⁹⁵ KOERNER, Andrei. *Judiciário e cidadania na Constituição da República Brasileira (1841-1920)*. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2010. p. 219. Em se tratando de cafeicultura, Macunaíma menciona que teriam sido multimilionários de São Paulo que ergueram os “famosos Cafés maiores do mundo” (ANDRADE, M. de., 2007, p. 107).

¹⁹⁶ KOERNER, A., 2010, p. 210-211.

¹⁹⁷ BOPP, R., 1977. p. 37.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 23.

¹⁹⁹ LOPES, J. R. de L., 2008, p. 344-345.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 340-347.

Os bacharéis em Direito dominavam o cenário político da Primeira República, ocupando os principais cargos da burocracia estatal. O fenômeno rendeu ao período o apelido de “República dos Bacharéis”.²⁰¹

No início da República, foi criado o Supremo Tribunal Federal e ocorreram diversas reformas legislativas. Como exemplo, podem-se citar as reformas do Código Penal (de 11 de outubro de 1890, aprovado pelo Decreto n. 847), da Lei das Sociedades Anônimas (Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891) e da Lei de Falências (Decreto n. 2.024, de 17 de dezembro de 1908) e a aprovação do Código Civil de 1916.²⁰²

Enquanto isso, a cultura jurídica brasileira vivia um novo dilema. Apesar de, a partir de então, as instituições políticas serem diretamente inspiradas no modelo estadunidense, isso contrastava com a cultura vigente, familiar com as instituições europeias. O direito administrativo inspirava-se na França, o direito civil nos alemães, a organização judiciária era de estilo francês, e o processo inquisitorial, nos moldes do velho processo romano-canônico europeu.²⁰³

Em meio a tantas influências estrangeiras, os juristas viravam as costas para a realidade do País. Como exemplo, citem-se os administrativistas, que, não se dando conta do desaparecimento do contencioso administrativo e do Conselho de Estado, continuaram a aplicar doutrinas francesas, feitas para um Estado em que não havia *judicial review* e que, portanto, nada tinha em comum com o modelo republicano adotado. José Reinaldo de Lima Lopez chama a atenção para este fato, pois “esta discrepância entre instituições e doutrinas persiste até hoje no Brasil. O direito administrativo continua a ser ensinado e explicado por doutrinas europeias, enquanto o modelo de administração é cada vez mais americanizado.”²⁰⁴

Apesar disso, é possível vislumbrar, nas primeiras três décadas do século XX, um início de mudança desse quadro, quando alguns juristas começam a perceber a realidade latino-americana como particular. O cenário internacional contribuía para tanto. O advento da Primeira Guerra Mundial e, na Rússia, da revolução

²⁰¹ *Id.*, 2009, p. 427-431.

²⁰² LOPES, J. R. de L., 2008, p. 353-354.

²⁰³ *Ibid.*, p. 340.

²⁰⁴ *Ibid.*, p. 350.

bolchevique, provocavam, de um lado, o desencanto com o modelo social europeu e, de outro, a percepção de outros modelos sociais possíveis.²⁰⁵

Ainda que fosse possível considerar essas manifestações um incipiente “nacionalismo jurídico”,²⁰⁶ é certo que não houve, nesse período, no direito, uma ruptura semelhante à ocorrida na literatura, representada pela Semana de Arte Moderna de 1922.

Isso porque, como se percebe do breve panorama histórico acima exposto, o direito brasileiro era marcado por um hiato entre o debate jurídico e as condições sociais existentes. As elites do País, autoras do direito vigente, muitas vezes ignoravam ou permaneciam indiferentes à realidade do restante da população.

Consequências disso são o desinteresse por questões jurídicas, a adoção de soluções artificiais para conflitos e a falta de sensibilidade e conhecimento para lidar com as particularidades da realidade social brasileira. Problemáticas estas, note-se, presentes até hoje no País, sob tonalidades diversas.

Nesse sentido, a experiência literária de *Macunaíma* e do Modernismo podem contribuir para o direito, na medida em que apontam o (auto)conhecimento do brasileiro como primeiro passo para a superação das dificuldades assinaladas.

A partir disso, a Antropofagia aponta que as experiências jurídicas estrangeiras devem ser assimiladas e reconstruídas criticamente, a partir da aproximação com o pensamento popular brasileiro e tendo em vista a realidade peculiar do País.

Porém, como se verá no próximo capítulo, o direito não foi a única importação cultural realizada nesse período. Com o fim da escravidão e o início da industrialização, era preciso mudar profundamente os hábitos dos brasileiros, para que todos colaborassem na consolidação do capitalismo na República. Era preciso, pois, uma nova “moral do trabalho”.

²⁰⁵ ABÁSOLO, Ezequiel. O direito como cultura jurídica nos primórdios do século XX na América do Sul: a luta dos juristas pela originalidade no Brasil e na Argentina. Curitiba, 31/08/2011. Palestra proferida no V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO DIREITO.

²⁰⁶ *Ibid.*

4 AI! QUE PREGUIÇA!...

4.1 PREGUIÇA, ÓCIO E A MORAL DO TRABALHO

Os processos de evangelização, escravidão, imigração e industrialização no Brasil trouxeram consigo o sistema capitalista e a ideia do trabalho como atividade dignificante. Dois elementos que, como disse Mário de Andrade e sentiu Macunaíma, eram estranhos ao brasileiro.

A partir de suas observações de campo, o escritor concluiu que a passividade do brasileiro seria um modo de reagir a uma organização de vida (sociedade de consumo, ética e estética europeias) que não o atingia e não lhe servia.²⁰⁷

Já o personagem é famoso por sua aversão ao trabalho. A obra que conta sua história assim começa:

No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói da nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uraricoera, que a índia tapanhumas pariu uma criança feia. Essa criança é que chamaram de Macunaíma.

Já meninice fez coisas de sarapantar. De primeiro passou mais de seis anos não falando. Si o incitavam a falar exclamava:

- Ai! que preguiça!...
e não dizia mais nada.²⁰⁸

Nele podemos observar algumas características já apontadas da obra, como a linguagem próxima à oralidade e a paródia (no caso, ao romance romântico “Iracema”, de José de Alencar). Neste capítulo, porém, destaca-se o elemento final do trecho transcrito acima: a preguiça.

“Ai! que preguiça!...” A frase não é repetida no livro por acaso. Além de ser comumente pronunciada por todos que sentem preguiça (como ao levantar e ao se deparar com alguma tarefa árdua), Turino explica que “ai”, em tupi, significa “um estado de comportamento e também um animal: o bicho-preguiça, o mamífero de

²⁰⁷ LOPEZ, T. P. A., 1972, p. 199.

²⁰⁸ ANDRADE, M. de., 2007, p. 13.

hábitos lentos que tanto surpreendeu os primeiros europeus.”²⁰⁹ O mesmo animal que era chamado de preguiça pelos portugueses, os índios nomeavam “ai”, de modo que a expressão “Ai! que preguiça!...” conjuga as duas culturas.

Na vida de Macunaíma, sempre eram os outros (mãe, cunhadas, companheiras e, principalmente, irmãos) que trabalhavam por ele. Apenas empenhava-se em alguma tarefa quando queria provar-se melhor que seus irmãos ou depois da morte destes: “Então Macunaíma foi pescar porque agora não tinha mais ninguém que pescasse pra ele não.”²¹⁰

A preguiça e o ócio de Macunaíma é a preguiça e o ócio dos brasileiros, como mostram passagens como estas: “Afinal chegou domingo pé-de-cachimbo que era dia do Cruzeiro, feriado novo inventado pros brasileiros descansarem mais” e “(...) e de noite, depois da passeata dos deputados e desocupados pela rua Quinze, iam queimar um fogo-de-artifício no Ipiranga.”²¹¹

Apesar de encarados de bom humor na obra e mesmo de modo combativo, como se verá adiante, o mais comum, no entanto, é relacionar ócio e preguiça à indolência, vadiagem e outros valores negativos.

“Mãe dos vícios” e “Morada do demônio” são expressões recorrentes de referência à preguiça, bem como é famoso o provérbio “o ócio é o pai de todos os vícios”.²¹²

A própria definição de ócio na enciclopédia, surgida no Iluminismo, possuía caráter pejorativo: nela, o ócio seria uma doença e fonte de desordem, e os homens que nele vivem seriam inúteis à sociedade.²¹³

Tudo aquilo que a moral pode dizer contra o ócio será sempre pouco. Vejam-se os celerados que a justiça é obrigada a condenar à morte, os que não são nem artesãos nem trabalhadores: foram crianças dedicadas ao ócio, expostas ao risco e ao crime. E é exatamente a essa forma de ócio que se pode atribuir a maior parte das crises e dos motivos que levaram à queda de Roma.²¹⁴

²⁰⁹ TURINO, Célio. *Na trilha de Macunaíma: ócio e trabalho na cidade*. São Paulo: Senac São Paulo: Sesc São Paulo, 2005. p. 190-191

²¹⁰ ANDRADE, M. de., 2007, p.194.

²¹¹ *Ibid.*, p. 114.

²¹² TURINO, C. *op. cit.*, p. 34.

²¹³ *Ibid.*, p. 63.

²¹⁴ DITEROT, Denis (org.), *Encyclopédie*, *apud* DE MASI, Domenico & PEPE, Dunia. *As palavras no tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001. *apud* TURINO, C., 2005. p. 63.

Nos dicionários de língua portuguesa *Aurélio* e *Houaiss*, preguiça e ócio aparecem como sinônimos. Apesar de alguns autores, como Karel Capek, diferenciarem o ócio (geralmente relacionado a algo “completamente inútil”²¹⁵) de uma série de outros estados a ele comparados, como a preguiça, o descanso e o desperdício de tempo, neste trabalho tomar-se-ão todos como semelhantes, uma vez que todos remetem ao tempo livre de obrigações como, principalmente, o trabalho.²¹⁶

A conotação pejorativa atribuída até hoje ao ócio foi em grande parte sistematizada no século XVIII, quando a burguesia assumia o controle não só da economia como também das instituições políticas, das ideias e valores, que seriam repassados como universais para toda a sociedade.²¹⁷

Por outro lado, a própria ética cristã coloca a preguiça como um dos sete pecados capitais.

No Brasil, como analisa Turino, “essa visão criminalizadora da preguiça, que condena o próprio lazer como desvio do espírito, estava inserida no contexto higienista da época e teve difusão com o personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato.”²¹⁸ Contra essa visão de que a preguiça seria uma doença, Mário de Andrade escreveu um artigo chamado “A divina preguiça”. Posteriormente, Monteiro Lobato acabou revendo seu entendimento.

De início, a imagem negativa da preguiça prendeu-se aos índios (daí a expressão “preguiçoso como um índio”). Com o tempo, transfere-se para o negro, principalmente após a abolição da escravatura.²¹⁹ Atualmente, tal estereótipo pejorativo é imputado também aos nordestinos, principalmente depois da onda migratória do Nordeste ao Sudeste, sobretudo para São Paulo.²²⁰ Todos esses

²¹⁵ A ideia de ócio para Russell, porém, está mais próxima de lazer e contemplação que a negação da atividade (RUSSELL, Bertrand. *O elogio ao ócio*. Trad. Pedro Jorgensen Júnior. Rio de Janeiro: Sextante, 2002).

²¹⁶ Sobre o assunto ver CAPEK, Karel. O Elogio ao Ócio, in Peter Kussi (ed.), *Toward the Radical Center: a Karel Capek Reader*, Highland Park, NJ: Catbird Press, 1990. P. 241-3. Para ele, o ócio é um estado “quase meditativo do qual o indivíduo emerge revigorado e pronto para fazer algo completamente inútil” (WOODHOUSE, Howard. Introdução. In: RUSSELL, B., 2002. p. 18).

²¹⁷ TURINO, C., 2005. p. 64.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 232.

²¹⁹ *Ibid.*, p. 182.

²²⁰ *Ibid.*, p. 183.

grupos guardam algo em comum: vieram de fora da capital paulista, e a causa de sua pobreza é atribuída a eles próprios, que não trabalhariam “por preguiça”.

Nesse contexto, a preguiça passou a ser associada à criminalidade e à “vagabundagem”. Os pobres não teriam direito ao lazer, pois apenas o trabalho seria capaz de manter os adultos longe da bebida e as crianças afastadas do crime;²²¹ como se o trabalho tivesse o milagroso condão de transformar todos em virtuosos e felizes, enquanto o ócio levasse ao tédio, à violência e às drogas.

A criminalização do ócio e da preguiça estava presente também nas reformas legislativas realizadas no início do século XX, onde o direito penal contribuiu para a segregação social na República Velha. “Buscavam-se” criminosos através de sinais aparentes de pobreza, o que resultou na prisão, na maior parte das vezes, de “vadios”, mendigos e bêbados. A sociedade de memória escravista recente era acostumada a discriminar, e logo tratou de segregar os pobres, através de sua criminalização.²²²

Com isso, os “vadios”, mendigos e bêbados se tornaram os protagonistas do Direito Penal da época. Como relata Lima Lopes,

no período de 1912 a 1916, 85,6% das prisões efetuadas o foram sob acusação de contravenções e, entre estas, 42,5% por embriaguez, 39,2% por desordem e 18,3% por vadiagem, tudo sob os auspícios da mais moderna “ciência” aplicada ao direito penal.²²³

Contravenção é uma espécie de infração penal, diferenciando-se da outra espécie, crime, apenas quanto às penas a ela aplicáveis (multa e prisão simples, no caso de contravenção, e reclusão e detenção, para crime). Sob essa forma, a punição penal para os ociosos e “vadios”, permanece até hoje no Brasil. Isso porque a Lei das Contravenções Penais (Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941) culmina a pena de prisão simples, de quinze dias a três meses, para quem “entregar-se habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência” (artigo 59).²²⁴

²²¹ RUSSELL, B., 2002. p. 29.

²²² LOPES, J. R. de L., 2009, p. 427.

²²³ *Ibid.*, p. 427.

²²⁴ BRASIL. Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm>. Acesso em: 14/10/2011.

Além da vadiagem, até 2009 o mesmo diploma legal considerava também a mendicância como contravenção penal, no seu artigo 60.²²⁵ Este, porém, foi revogado pela Lei nº 11.983, de 2009.

Ocorre que, como demonstrou o próprio Mário de Andrade em seu *A divina preguiça*, a humanidade nem sempre teve a mesma opinião sobre a preguiça, pelo contrário: o significado a ela atribuído mudou de acordo com o tempo, as necessidades, os valores e os interesses decorrentes de cada momento histórico.²²⁶

A criminalização da vadiagem coincide com a propagação de uma nova ideologia do trabalho, qual seja, a do trabalho como dignificante e benéfico ao homem. Nascido negro, raça forçada a trabalhar até a abolição da escravatura, e filho de índios, acostumados com a liberdade de trabalho, Macunaíma encarna a estranheza do povo brasileiro a essa nova concepção, vinda de outra civilização. O personagem só trabalha quando quer; quando não, diz, com todas as letras: “Ai! que preguiça!...”

Diz-se “nova concepção” pois a palavra *trabalho* remete originalmente a *castigo*, estando presente como uma punição em diversos mitos sobre a origem da humanidade. Sua origem também mostra isso: *trabalho* deriva da palavra latina *tripalium*, instrumento de tortura usado pelos romanos.²²⁷

Lafargue, ao escrever em 1880 *O direito à preguiça*, dá outros exemplos desse significado originário do labor. Segundo ele, os espanhóis têm o trabalho como “a pior das escravaturas”, por isso seu provérbio “Descansar és salud”. Da mesma forma, os gregos, na Antiguidade, também desprezavam o trabalho: “só aos escravos era permitido trabalhar, o homem livre só conhecia os exercícios físicos e os jogos da inteligência.”²²⁸

Com as revoluções burguesas e o protestantismo, o trabalho, antes tido como castigo, “transforma-se em virtude, retirando qualquer sentido de ganância ou avareza do objetivo de ganhar dinheiro em cada atitude e em cada minuto.”²²⁹

²²⁵ “Art. 60. Mendigar, por ociosidade ou cupidez: Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.” In: BRASIL. Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm>. Acesso em: 14/10/2011.

²²⁶ TURINO, C., 2005. p. 233.

²²⁷ *Ibid.*, p. 32.

²²⁸ LAFARGUE, Paul. *O Direito à Preguiça*. eBooksBrasil.com, 1999. p. 8-9.

²²⁹ TURINO, C., 2005. p. 61. Tal ideia é aprofundada em WEBER, Max; PIERUCCI, Antonio Flavio de Oliveira (trad.). *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

A finalidade de tal transformação foi apontada por Russel, na década de trinta, em *O elogio ao ócio*. Induzindo os trabalhadores a assimilar “uma ética segundo a qual era sua obrigação trabalhar duro”, estes aceitariam entregar a produção excedente, ao invés de poder consumir mais ou trabalhar menos, “mesmo que uma parte desse trabalho fosse destinada a sustentar o ócio de outros.”²³⁰

Segundo Lafargue, a burguesia teria contado com a ajuda do clero para propagar a filosofia de que o homem teria vindo ao mundo “para sofrer e não para gozar”.²³¹ Isso foi confirmado na própria história do Brasil, onde a evangelização do índio contribuiu para inserção deste no mundo do trabalho.²³²

No caso do Brasil, a valorização do trabalho como virtude e dever social veio para atender aos interesses, principalmente, de cafeicultores e industriais, que, a partir de 1888, não mais possuíam mão-de-obra escrava. Para supri-la, era preciso formar uma nova classe que aceitasse condições precárias de trabalho pelo menor custo possível. E mais: o fizessem de forma subserviente e sem revolta, de modo a não incomodar as elites (“bacharéis”, “generais”, “doutores”, fazendeiros, donos de fábricas...).

Remetendo a essa nova ideologia do trabalho, Lafargue assim começa o primeiro capítulo de *O Direito à preguiça*:

“Uma estranha loucura se apossou das classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Esta loucura arrasta consigo misérias individuais e sociais que há dois séculos torturam a triste humanidade. Esta loucura é o amor ao trabalho.”²³³

A obra, publicada em 1880, recupera o sentido grego do ócio (que tem este como algo positivo e produtivo) para combater os ideais burgueses de trabalho e preguiça,²³⁴ mostrando que a crença ao trabalho veio acompanhada da reprimenda e da repulsa à ociosidade e à preguiça.

²³⁰ RUSSELL, B., 2002. p. 27.

²³¹ LAFARGUE, P., 1999. p. 4.

²³² TURINO, C., 2005. p. 181.

²³³ LAFARGUE, P. *op. cit.* p. 7.

²³⁴ TURINO, C. *op. cit.* p. 43.

A propagação dessa ideologia do trabalho e sua aceitação pelo proletariado levou Lafargue a afirmar que sua época seria conhecida por “século do trabalho.”²³⁵ “Eu acho que se trabalha demais no mundo de hoje, que a crença nas virtudes do trabalho produz males sem conta e que nos modernos países industriais é preciso lutar por algo totalmente diferente do que sempre se apregoou.”²³⁶

Mário de Andrade retratou essa realidade no conto *Primeiro de maio*. Nele, o protagonista, chamado de “35”, saiu no feriado que dá nome à história para “celebrar” o dia que disseram ser seu. Seus colegas de trabalho, porém, não fizeram o mesmo: “Os outros carregadores mais idosos meio que tinham caçoado do bobo, viesse trabalhar que era melhor, trabalho deles não tinha feriado.”²³⁷ Apesar de ser o Dia dos Trabalhadores (e não Dia do Trabalho), feriado, os carregadores trabalhavam como qualquer outro dia, simplesmente porque eles “precisavam” trabalhar, e não porque alguém os obrigava a isso.

O impulso para o trabalho e a moral de que o trabalho é benéfico e dignifica o homem chega mesmo a impedir que reflitam sobre sua própria condição. 35, acostumado apenas a trabalhar, não sabia nem o que fazer nesse dia em que não trabalharia: “Uma indecisão indiscreta o tornou consciente de novo que era o Primeiro de Maio, ele estava celebrando e não tinha o que fazer.”²³⁸ Tamanha é essa “lei do trabalho” que 35 tinha dificuldade em imaginar o que seria possível fazer com aquele tempo livre.

Decidiu caminhar sem rumo, e, quando percebeu, estava no caminho para o trabalho. Ao longo do passeio, Mário de Andrade narra os pensamentos do personagem, que iniciam confusamente a tangenciar problemas sociais e opressões vividas por 35, como se estivessem se aproximando desse tipo de reflexão pela primeira vez na vida (talvez porque fosse a primeira vez, como trabalhador, que tinha tempo para isso).

Em *Macunaíma*, o tema, sob perspectiva semelhante, também aparece. O povo ficou revoltado por Macunaíma ter feito todos perderem um dia inteiro

²³⁵ LAFARGUE, P., 1999. p. 14.

²³⁶ RUSSELL, B., 2002. p. 23.

²³⁷ ANDRADE, Mário de. *Primeiro de maio*. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=153015&id_secao=11> Acesso em 18/10/2011.

²³⁸ *Ibid.*

procurando tapir (anta) onde não havia nenhum. Dentre os zangados, um estudante subiu num carro e discursou:

- Meus senhores, a vida dum centro urbano como São Paulo já obriga a uma intensidade tal de trabalho que não permite-se mais dentro da magnífica entrosagem do seu progresso sequer a passagem momentânea de seres inócuos. Ergamo-nos todos numa voz contra os miasmas deletérios que conspurcam o nosso organismo social e já que o Governo cerra os olhos e delapida os cofres da Nação, sejamos nós mesmos os justicadores...²³⁹

A passagem mostra o trabalho intenso como integrante e propulsor da “magnífica entrosagem” do progresso e do “organismo social”, de modo que não se pode perder tempo sequer com “seres inócuos” (inofensivos). Não havia espaço para a brincadeira e o ócio de Macunaíma naquele espaço urbano onde o trabalho era supervalorizado.

Além disso, o discurso do estudante apresenta uma aparência de consenso social, como se o trabalho intenso fosse algo natural ou inerente à sociedade. Tal aparência, porém, esconde que esse discurso reproduz os interesses, não da população como um todo, e sim, da classe dominante (donos do capital) daquele momento histórico. A naturalidade com que se tomam tais ideias como verdades intangíveis apenas legitima o *status quo* e expressa a alienação do sujeito, na medida em que este tem a impressão de que uma espécie de engrenagem (mecânica, automática, neutra) move a sociedade.

No sentido da fala do estudante, Russell analisa que “a antiga propensão para a despreocupação e o divertimento foi de certo modo inibida pelo culto da eficiência. O homem moderno acha que qualquer atividade deve ser exercida em prol de outras coisas, nunca da coisa mesma.”²⁴⁰ E Turino complementa: “o tempo de lazer é considerado desperdício, e o desemprego é a inabilitação ou a incapacidade de conseguir trabalho.”²⁴¹

Na mesma linha, Forrester aponta o desemprego como um fator agravante da supervalorização do trabalho. Segundo a autora de *O horror econômico*, é este, e não o trabalho, a regra hodierna. Apesar de ser comum anunciar o aumento no

²³⁹ ANDRADE, M. de., 2007, p. 127.

²⁴⁰ RUSSELL, B., 2002. p. 32.

²⁴¹ TURINO, C., 2005. p. 62.

número de empregos, não há espaço para todos no mercado de trabalho. O resultado disso é que massas de pessoas são relegadas ao desemprego. Para piorar o quadro, a culpa por sua situação é atribuída a essas mesmas pessoas que, por qualquer motivo (em geral, preguiça), não conseguiriam “ser úteis” à sociedade.²⁴²

A lógica capitalista coloca a acumulação de bens como principal objetivo da vida. Benjamin Franklin resumiu isso na sua famosa frase “tempo é dinheiro”: o tempo que alguém passou em um shopping, por exemplo, custou não só o ingresso do cinema, o lanche e o estacionamento, como também o valor que se deixou de ganhar se essa pessoa tivesse trabalhado nesse período.

Contrapondo essa visão, Russel, em *O Elogio ao Ócio*, sugere que “um mundo em que o trabalho deixasse de ser a mais valorizada dentre todas as atividades seria um mundo mais feliz”.²⁴³ A obra é composta por quinze ensaios, todos de sua autoria e voltados aos problemas sociais dos anos 1930, época próxima de Macunaíma e contemporânea de Mário de Andrade.

No mesmo sentido, Turino assevera que “o trabalho é um meio para atingir a felicidade, e não um fim em si mesmo”.²⁴⁴ Tal afirmação pode parecer óbvia e clichê, porém, indica o oposto do que ocorre no cotidiano de muitos brasileiros.

Para mudar esse cenário, Russell acredita que seria preciso uma reforma educacional radical; apenas assim o conhecimento, o aprendizado e o saber seriam valorizados em si mesmos, e o ócio, a diversão e o lazer substituiriam o trabalho como atividades dignificantes.²⁴⁵

Isso porque a ideia de que as atividades desejáveis são aquelas que dão lucro (o que, para Russel, é uma completa inversão da ordem das coisas), tomou conta também do sistema educacional.²⁴⁶

O autor britânico expõe que, apesar de os gregos e os renascentistas dos séculos XVI e XVII terem se aprofundado nos estudos da geometria, da astronomia e da matemática, desprezavam as aplicações práticas desses conhecimentos. A Renascença apenas restaurou o prazer mental, “certa riqueza e liberdade na arte e

²⁴² FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. p. 7-40.

²⁴³ WOODHOUSE, H. Introdução. In: RUSSELL, B., 2002. p. 17.

²⁴⁴ TURINO, C., 2005. p. 39.

²⁴⁵ WOODHOUSE, H. *op. cit.*, p. 14.

²⁴⁶ RUSSELL, B., *op.cit.*, p. 17.

na especulação que haviam sido perdidas [na Idade Média].”²⁴⁷ Foi apenas ao longo do século XVIII, e com a Revolução Francesa, que a concepção do conhecimento foi passando a ser mais prática, atendendo cada vez mais aos interesses da burguesia: lucro e poder.

Hoje, questiona-se o conhecimento “inútil”, sendo apenas digno de mérito “aquele que se pode aplicar a algum setor da vida econômica da coletividade.”²⁴⁸ As pessoas em geral estão envolvidas em tantas atividades que pouco ou nenhum tempo lhes sobra para adquirir outros conhecimentos além daqueles que hão de ajudá-las na luta pelas coisas que consideram importantes.²⁴⁹

Da mesma lógica apropriou-se a escola: ensina-se, principalmente nos últimos anos do ensino fundamental e durante todo o ensino médio, os conteúdos que cairão no vestibular, pois é isso que interessaria aos alunos e à escola, que pode conseguir mais matrículas caso aprove mais alunos nessa prova. Em muitas faculdades de Direito, ensina-se o que será cobrado no exame da Ordem dos Advogados do Brasil, na tentativa de aprovar mais alunos e ser “melhor conceituada” no mercado.

Ocorre que, como assevera Russell, “a concepção estreitamente utilitária da educação ignora a necessidade de os indivíduos serem tão bem treinados em seus propósitos quanto em suas qualificações. A natureza humana não-treinada contém um forte componente de crueldade (...).”²⁵⁰ Dessa forma, a educação deve ter outros propósitos além da utilidade imediata.²⁵¹

O autor demonstra que mesmo aqueles saberes considerados “inúteis” podem ter uma boa utilidade, na medida em que exercitam uma “atitude mental contemplativa” e tornam as pessoas mais “despreocupadas, divertidas e propensas a se dedicarem a atividades de sua livre escolha, que sejam ao mesmo tempo construtivas e prazerosas.”²⁵²

A maioria das pessoas, porém, não têm tempo nem dinheiro para buscar qualquer conhecimento “inútil”, imbuídas daquilo que Russell chama de “o culto da

²⁴⁷ RUSSELL, B., 2002. p. 37.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 38.

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 39.

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 42.

²⁵¹ *Ibid.*, p. 40-41.

²⁵² WOODHOUSE, H. Introdução. In: RUSSELL, B., 2002. p. 8.

eficiência”, “que só valoriza o conhecimento pelos benefícios econômicos e pelo aumento do poder sobre as outras pessoas que ele pode proporcionar.”²⁵³ Como constatou o britânico, esta visão instrumental do conhecimento é nociva, na medida em que ela só dá valor às suas consequências, não às suas razões subjacentes.²⁵⁴

Essa realidade faz muitas vítimas, dentre elas o próprio Macunaíma. Como já se expôs, Proença apontou que a obra não seria fácil de ler, justamente pelo fato de ser raro no País o estudo de lendas indígenas e de folclore,²⁵⁵ colocado fora do campo do que é considerado “útil”.

Por fim, o lazer, como ócio permitido, também se insere nessa lógica utilitária:

Estrela de brilho inútil – é essa talvez a visão que se tenha do lazer como meio de emancipação. Afinal, tudo em nossa vida é tão utilitário! Numa sociedade em que tudo tem que ter uma função bem definida, bem distribuída no tempo e no espaço, não há tempo para a beleza, para a criatividade, para a contemplação. Hora para trabalhar, hora para descansar. Lugar para morar, lugar para circular, lugar para se recrear e lugar para trabalhar.²⁵⁶

Diante disso, pode-se perceber que a discussão sobre preguiça, ócio e lazer relaciona-se intimamente com o tempo despendido no trabalho.

4.2 JORNADA DE TRABALHO

Foi na intensificação da luta entre proletários e burgueses, no século XIX, que o debate sobre ócio, preguiça e lazer ganhou espaço na modernidade. Isso porque, como observa Turino, “(...) a luta pelo direito ao lazer está diretamente relacionada aos confrontos de classe e aos embates entre trabalhadores e proprietários [dos meios de produção]”.²⁵⁷

É possível ilustrar alguns aspectos dessa realidade industrial inaugurada no século XIX através de uma passagem de *Macunaíma*. Antes de deixar São Paulo, o

²⁵³ WOODHOUSE, H. Introdução. In: RUSSELL, B., 2002. p. 8.

²⁵⁴ *Ibid.*, p. 8.

²⁵⁵ PROENÇA, M. C., 1977, p. 15-16.

²⁵⁶ TURINO, C., 2005. p. 289.

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 65.

personagem gastou o restante de seu dinheiro comprando “o que mais o entusiasmara na civilização paulista”: um revólver Smith-Wesson, um relógio Pathek e um casal de galinha Legorne.²⁵⁸

O *relógio* demarca o tempo mecânica e abstratamente, diferente do tempo natural que imperava à beira do Uraricoera. Ao mesmo tempo, é um dos mecanismos utilizados para maior coerção e disciplina no trabalho, como forma de obter uma maior produtividade. Como observa Turino, “a lógica do trabalho (...) é também uma lógica de controle”²⁵⁹, sendo que “trabalho descolado do tempo natural [demarcado pelas estações do ano, por exemplo] e do jogo surge com a Revolução Industrial”.²⁶⁰

Esse trabalho e tempo são voltados para a produção: as *galinhas*. Os assalariados eram sobrecarregados em sua jornada de trabalho para produzir o máximo pelo menor custo possível. O próprio Macunaíma observou, em São Paulo, que

“(...) nos bairros miseráveis, surge anualmente uma incontável multidão de rapazes e raparigas bulhentos, a que chamamos “italianinhos”; destinados a alimentarem as fábricas dos áureos potentados, e a servirem, escravos, o descanso aromático dos Cresos”²⁶¹ (Creso foi o último rei da Lídia, no século VI a.C., famoso por sua riqueza).

Essa combinação entre trabalho, controle do tempo e maximização da produção pode gerar, em última análise, muitos males e até mesmo sacrificar vidas: pode ser uma *arma*. Nas palavras de Lafargue, “na sociedade capitalista, o trabalho é a causa de toda a degenerescência intelectual, de toda a deformação orgânica”;²⁶² “introduzam o trabalho de fábrica, e adeus alegria, saúde, liberdade; adeus a tudo o que fez a vida bela e digna de ser vivida.”²⁶³ As condições de vida da cidade podem assumir o mesmo papel, como analisou Macunaíma:

²⁵⁸ ANDRADE, M. de., 2007, p. 173. A simbologia dos objetos em seguida exposta foi sugerida pelo Coorientador deste trabalho, o Professor Juarez Poletto, através de e-mail em 27/10/2011: “Será que não vale a pena pensar na simbologia desses objetos? Eficiência para matar, controle do tempo – para a produção?”

²⁵⁹ TURINO, C., 2005. p. 45.

²⁶⁰ *Ibid.*, p. 116.

²⁶¹ ANDRADE, M. de. *op. cit.*, p. 107.

²⁶² LAFARGUE, P., 1999. p. 7.

²⁶³ *Ibid.*, p. 19.

Por essa forma resolveram, os nossos maiores, o problema da circulação; pois que tais insectos [os “macróbios expelidos juntamente à fumaça dos automóveis”] devoram as mesquinhas vidas da ralé e impedem o acúmulo de desocupados e operários; e assim se conservam sempre as gentes em número igual.²⁶⁴

A produção das fábricas europeias, observa Lafargue, era muito maior do que as necessidades do Velho Continente, de modo que, com a Revolução Industrial, também veio a procura de novos mercados para escoar o excedente. Quando isso não ocorria, as mercadorias eram muitas vezes destruídas.²⁶⁵ O autor já anteviu, àquela época, que, depois de descobrir novos consumidores, o desafio seguinte da produção capitalista seria “criar-lhes [nos consumidores] necessidades fictícias”.²⁶⁶

Até a Revolução Industrial, um homem era capaz de produzir, em geral, pouco mais que o necessário para sua própria subsistência. Com o avanço tecnológico, foi possível a produção em larga escala e a geração de excedente.

Poder-se-ia imaginar, num primeiro momento, que isso possibilitaria a redução de trabalho à quantidade necessária para garantir a todos a satisfação de suas necessidades básicas.²⁶⁷ Russell afirmou que isso ficou claro na Primeira Guerra Mundial: foi retirada das ocupações produtivas uma grande quantidade de homens para a guerra (tanto para as batalhas, quanto para a produção bélica) e, ainda assim, aqueles restantes foram capazes de produzir mais que o suficiente para atender às necessidades de toda a população. Segundo o autor, o grande erro teria sido, ao final da guerra, restaurarem o antigo *status quo*, ao invés de reduzir a jornada de trabalho de todos. Enquanto uns voltaram ao sobretrabalho, os demais foram condenados ao desemprego. “Por quê? Porque o trabalho é um dever, as pessoas não devem receber salários proporcionais à sua produção, mas à virtude demonstrada em seu esforço.”²⁶⁸

Woodhouse, autor da introdução de *O Elogio ao Ócio*, dá o exemplo das novas tecnologias computacionais e da informação, introduzidas recentemente no ambiente de trabalho. Esperava-se que elas aumentassem o tempo livre, na medida

²⁶⁴ ANDRADE, M. de., 2007, p. 104.

²⁶⁵ LAFARGUE, P., 1999. p. 22-24.

²⁶⁶ *Ibid.*, p. 36.

²⁶⁷ RUSSELL, B., 2002. p. 28.

²⁶⁸ *Ibid.*, p. 28.

em que diminuía o tempo necessário para realizar diversas tarefas. Ocorreu, porém, o oposto: além de não aumentarem o tempo livre, foram utilizadas para prolongar a jornada e elevar a produtividade por meio do monitoramento da qualidade do trabalho.²⁶⁹

De modo a contrapor esta realidade, Turino cita os exemplos de tribos venezuelanas e paraguaias: o tempo dedicado por elas ao trabalho, ou seja, para realizar todas as atividades necessárias para seu sustento, não ultrapassa três horas diárias, no caso das primeiras, e cinco horas, nas últimas.²⁷⁰

Segundo ele, a presença do trabalho na vida cotidiana é bastante reduzida nessas sociedades, não por existir nelas uma recusa do trabalho, mas sim, pelo fato de que param de trabalhar no momento em que suas necessidades são satisfeitas. E arremata: “O sentido de sua vida é encontrado no lazer, na busca do significado das coisas, e não na acumulação de riquezas materiais.”²⁷¹

A presença do mercado no cotidiano das pessoas é incorporada, segundo Turino, pelo rival de Macunaíma, Venceslau Pietro Pietra. Este representaria, na história, o mercado: “(...) mercado é o ente abstrato, onipresente, onisciente, aquele que quer decidir tudo, do dinheiro que sai da saúde e das escolas ao dinheiro que infla os juros; aquele que quer controlar tudo, do tempo de trabalho ao tempo que deveria ser livre.”²⁷²

O tempo dedicado ao trabalho seria tão excessivo que Lafargue defende em seu manifesto o *direito à preguiça*, refutando a defesa dos Direitos do Homem, frutos das revoluções burguesas, e a do direito ao trabalho.²⁷³

Os raciocínios de Russel, Lafargue e Turino apontam que caso a jornada de trabalho fosse reduzida, poderia ser melhor distribuída, equilibrando as situações de sobretrabalho e desemprego. Na prática, porém, isso não ocorre porque o sistema capitalista de produção precisa manter um exército de mão-de-obra reserva, que possibilita uma acumulação maior do capital por meio da regulação do custo da mão-de-obra, impedindo que os salários cresçam.²⁷⁴

²⁶⁹ WOODHOUSE, H. Introdução. In: RUSSELL, B., 2002. p. 17.

²⁷⁰ TURINO, C., 2005. p. 29.

²⁷¹ *Ibid.*, p. 29.

²⁷² *Ibid.*, 2005. p. 195.

²⁷³ LAFARGUE, P., 1999. p. 51.

²⁷⁴ TURINO, C. *op. cit.*, p. 60.

O resultado disso, nas palavras de Woodhouse, é que “essas tecnologias criaram foi mais trabalho para os que têm emprego e um terrível tipo de ócio para um número crescente de desempregados.”²⁷⁵

Disso se deduz que é preciso não apenas ócio, mas trabalho. Aqueles que vivem, em situação de desemprego “dispõem de tempo, mas perdem vínculos sociais, são excluídas de direitos, marginalizadas”, faltam-lhe perspectivas.²⁷⁶ Esse “ócio forçado” provoca um sentimento de culpa e humilhação, e uma autoimagem negativa que imobiliza o indivíduo.

Além disso, como, apesar da tecnologia, há uma interdependência do trabalho de incontáveis pessoas para satisfazer as diversas necessidades de cada uma delas, o que os autores mencionados buscam não é a abolição do trabalho, mas sim, a drástica redução do tempo a ele dedicado, ou seja, o equilíbrio entre o tempo de trabalho e o de não-trabalho, bem como a realização de um trabalho não alienado, “que rompa com a divisão entre trabalho intelectual e manual, que ganhe sentido, libere e emancipe a humanidade.”²⁷⁷

Macunaíma, ao chegar a São Paulo, percebe a alienação em que vive sua população, fruto da inserção das máquinas e da lógica da maximização dos lucros na cidade (como visto no ponto 2.3).²⁷⁸ Como analisa Ancona Lopez, “a civilização está dominada pelo progresso que aliena o homem, transforma-o num desvalor de ambição, como o gigante Piaimã.”²⁷⁹

O estudioso afirma que civilização, para Mário de Andrade, era o progresso com sua alienação aos valores sensíveis do homem.²⁸⁰

(...) o escritor [Mário de Andrade] que tem o progresso como uma limitação ao Folclore é o mesmo que acredita na necessidade de que as tradições sejam móveis, isto é, que sejam enriquecidas e reformuladas por elementos da contemporaneidade. Aparentemente é uma nova contradição, mas na realidade está alertando sobre o esvaziamento do povo pela sociedade de consumo, que lhe destrói

²⁷⁵ WOODHOUSE, H. Introdução. In: RUSSELL, B., 2002. p. 17.

²⁷⁶ TURINO, C., 2005. p. 83.

²⁷⁷ *Ibid.*, p. 47.

²⁷⁸ *Ibid.*, p. 198.

²⁷⁹ LOPEZ, T. P. A., 1972, p. 113.

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 111.

os valores sensíveis e tradicionais, sem lhe dar outros em troca, massificando-o e desumanizando-o.²⁸¹

Nesse sentido, o ócio pode funcionar como uma forma de resgatar valores e tornar homens e mulheres mais conscientes de sua realidade e de si mesmos, como se verá a seguir.

4.3 ÓCIO CRIATIVO

No segundo capítulo (“Maioridade”), Macunaíma já usa a preguiça em seu favor. O Currupira, figura folclórica conhecida por iludir viajantes e caçadores, indicou ao herói o caminho de volta para casa. Ao chegar numa bifurcação, Macunaíma diz: “Ai! que preguiça!...” e segue a direção oposta à indicada pelo Currupira. E fez a escolha certa; o currupira queria enganá-lo. Nos capítulos finais, exclamou que estava com preguiça duas vezes, enquanto matutava uma estratégia para derrotar seu inimigo Piaimã (Venceslau Pietro Pietra):

Macunaíma estendeu os braços sussurrando:
 - Ai!... que preguiça!...”
 (...)
 Olhou cheio de raiva pro gatuno da muiraquitã e rosnou:
 - Hhhm... que preguiça!²⁸²

A preguiça é, aqui, mais que uma reação à civilização importada, como já exposto: é uma forma de ser e agir, que dá forças e criatividade para que Macunaíma alcance o que quer.

Para Mário de Andrade, a preguiça é uma “forma de reação tropical à sociedade de consumo e à ética e à estética europeias aqui instaladas, distorcendo as características básicas da brasilidade.”²⁸³ Ele a considerava, como o ócio, elemento propício à criação artística.²⁸⁴

²⁸¹ LOPEZ, T. P. A., 1972, p. 117.

²⁸² ANDRADE, M. de., 2007, p. 168-169.

²⁸³ LOPEZ, T. P. A. *op. cit.*, p. 235-236.

²⁸⁴ *Ibid.*, p. 110.

Dessa forma, o escritor opõe-se à preguiça como “fraqueza da alma”, “fonte de males”, bem como à noção moralizadora e controladora do tempo livre das pessoas. Assim, “o ócio é apresentado em seu contrário, como um elemento libertário e de recusa da dominação, em que o riso, a brincadeira e o lazer são entendidos como fundamentais para a emancipação humana.”²⁸⁵ Da mesma forma, o modernista afirma a preguiça transformadora, criativa, gingada e inovadora e como uma das matrizes do caráter nacional.²⁸⁶

Na análise de Turino, “a luta [de Macunaíma] pela reconquista da muiiraquitã revela a personalidade brasileira, o jeito gingado de buscar soluções, enfrentar os problemas. O ócio criativo, enfim.”²⁸⁷ Ele afirma que é um engano pensar que ócio é não fazer nada, pois Macunaíma, ocioso, fez muito: “(...) Macunaíma, o herói preguiçoso, que não fugiu à luta e fez. Em contrapartida, nós, os práticos e utilitários, vivemos adiando nossa felicidade.”²⁸⁸

O conceito de “ócio criativo” vem da obra de De Masi, e seria a síntese entre trabalho, estudo e jogo, esferas da vida que foram separadas de forma artificial pelas novas relações entre sociedade e trabalho.²⁸⁹

Para ilustrar tal mudança, Turino cita os índios antes da chegada dos portugueses: “os índios sabiam extrair da terra aquilo que ela lhes oferecia, e assim que conseguiam o suficiente podiam se dedicar à arte, às brincadeiras e à festa. Na verdade, arte, brincadeiras e festa estavam misturadas com a busca do sustento.”²⁹⁰

Cabe ressaltar, desde já, que não é todo tipo de ócio que aqui se defende. Russell cita o exemplo dos proprietários de terra europeus, que são ociosos graças ao trabalho dos outros: “A última coisa que essa gente jamais desejou é que outros seguissem o seu exemplo.”²⁹¹ Tampouco seria elogiável a situação do chamado “ócio forçado”: o desemprego. Busca-se, aqui, um ócio libertador.

A primeira vez que Mário de Andrade trata da temática da preguiça data do seu artigo *A divina preguiça*, de 27 de agosto de 1918 (antes, portanto, que

²⁸⁵ TURINO, C., 2005. p. 234-235.

²⁸⁶ *Ibid.*, p. 181, 235-235.

²⁸⁷ *Ibid.*, p. 204

²⁸⁸ *Ibid.*, p. 291.

²⁸⁹ DE MASI, Domenico. O ócio criativo. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. p. 16.

²⁹⁰ TURINO, C. *op. cit.* p. 27.

²⁹¹ RUSSELL, B., 2002. p. 26.

Macunaíma). Nele, “protesta contra a tendência dos psiquiatras contemporâneos em considerar a preguiça como uma doença, uma anomalia, e como tal, passível de cura.”²⁹² Ao resgatar o sentido positivo da preguiça na Grécia e na Roma antigas, afirma que a arte seria filha da preguiça: “a arte nasceu porventura de um bocejo sublime, assim como o sentimento do beijo deve ter surgido duma contemplação ociosa da natureza. O beijo e a arte são a descendência que perpetua e enaltece o ócio; (...)”²⁹³

No mesmo sentido apontou Russell, quando este imagina como seria um mundo onde as pessoas teriam mais tempo livre:

Num mundo em que ninguém tenha de trabalhar mais do que quatro horas diárias, todas as pessoas poderão saciar a curiosidade científica que carregarem dentro de si e todo pintor poderá pintar seus quadros, sem passar por privações, independentemente da qualidade de sua arte. Jovens escritores não precisarão buscar a independência econômica indispensável às obras monumentais, para as quais já terão perdido o gosto e a capacidade quando o momento chegar.²⁹⁴

Nesse excerto, o autor defende que as pessoas se dedicariam mais às artes e às ciências, e o fariam por prazer, pois não dependeriam dessas atividades para se sustentarem economicamente. Além disso, como suas energias não seriam esgotadas pelo trabalho, essa dedicação seria maior não apenas quantitativa, mas também qualitativamente. Como exemplifica e sugere Russell,

As danças camponesas desapareceram, salvo nas áreas rurais mais remotas, mas ainda devem existir na natureza humana os impulsos que as fizeram florescer. Os prazeres das populações urbanas se tornaram fundamentalmente passivos: ver filmes, assistir partidas de futebol, ouvir rádio e assim por diante. Isto ocorre porque as energias ativas da população estão totalmente absorvidas pelo trabalho.²⁹⁵

Russel ainda vai além, e afirma que foi “exatamente no uso do tempo livre dedicado ao ócio que os fundamentos da cultura, da ética e da moral ocidental foram

²⁹² LOPEZ, T. P. A., 1972, p. 110.

²⁹³ ANDRADE, Mário de. A divina preguiça, em *A Gazeta*, São Paulo, 29/11/1918, *apud* TURINO, C., 2005. p. 233.

²⁹⁴ RUSSELL, B., 2002. p. 34.

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 33.

definidos.”²⁹⁶ Ele faz referência às grandes contribuições da Antiguidade à civilização, que só foram possíveis pois, no seu sistema de produção injusto, o trabalho escravo de uns possibilitou o ócio de outros, que empregaram seu tempo nas artes e nas ciências.²⁹⁷ E arremata: “sem a classe ociosa, a humanidade nunca teria emergido da barbárie.”²⁹⁸

Além do desenvolvimento artístico e científico, o ócio ainda contribuiria para desenvolver uma maior sensibilidade para lidar com conflitos e diferenças. Para Russell, “a atitude mental contemplativa permite que os indivíduos considerem todas as questões de maneira tentativa e imparcial, evitando todo tipo de dogmatismo e incentivando a expressão dos diversos pontos de vista.”²⁹⁹ Assim, essa atitude pode “incentivar os cidadãos comuns a serem mais tolerantes com a livre expressão de pontos de vista diferentes dos seus”, possibilitando conclusões mais próximas dos ideais de justiça social.³⁰⁰ Esse potencial do ócio poderia contribuir muito na produção e reprodução do direito, na medida em que este lida cotidianamente com a diferença e os conflitos sociais, e esbarra, com a mesma frequência, em obstáculos como a intolerância e o dogmatismo.

A maior disponibilidade de tempo também permitiria que as pessoas se dedicassem mais a si mesmas, às amizades e a atividades comunitárias, como trabalhos voluntários, reuniões de associações de bairro, sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, estreitando os laços pessoais e facilitando mobilizações sociais.

Quanto à dedicação a si mesmas, Mário de Andrade, no poema *Rito do Irmão Pequeno*, propõe ao Irmão Pequeno “exercer a preguiça, com vagar”.³⁰¹ Para Ancona Lopez, este é “o pleonasma que ressalta o caráter de contemplação na nova vivência proposta, contemplação capaz de conduzir à reunificação do ser, partido entre múltiplas vivências (“Eu sou trezentos, sou trezentos e cinquenta”), pelo

²⁹⁶ TURINO, C., 2005. p. 52.

²⁹⁷ RUSSELL, B., 2002. p. 27.

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 33.

²⁹⁹ WOODHOUSE, H. Introdução. In: RUSSELL, B. *op. cit.*, p. 10.

³⁰⁰ *Ibid.*, p. 10.

³⁰¹ ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. São Paulo: Martins, 1955, p. 371. *Apud* LOPEZ, T. P. A., 1972, p. 117.

progresso.”³⁰² O indivíduo hoje se sente (e é) uma pessoa no trabalho, outra na família, e ainda outra(s) com os amigos, o que fragiliza sua relação com esses outros e consigo mesmo. As vivências parecem nunca serem plenas, porque os outros “sis” e experiências estão apartados e nunca presentes todos e unos.

Para mudar isso, Domenico De Masi propõe “um novo modelo que uniria trabalho, estudo e lazer, de modo que as pessoas seriam educadas a partir da satisfação de necessidades radicais, como a introspecção, a amizade, o amor, as atividades lúdicas e a convivência.”³⁰³ Assim, nas palavras de Turino, as pessoas poderiam “se encontrar mais, se organizar, refletir sobre sua própria vida e sobre a sociedade que as cerca, encontrando-se em sua dimensão verdadeiramente humana.”³⁰⁴

Esse cultivo do “eu”, para os gregos, estava justamente associado à aprendizagem e ao ócio, que se diferenciava da simples definição de tempo livre: “Originalmente, *scholé* (itálico), a raiz etimológica tanto de ócio como de escola, significava “parar”, “cessar”, ou seja, parar para ter tempo disponível, tempo para si.”³⁰⁵ Hoje, *escola* adquire sentido oposto: busca-se tomar o maior tempo possível do aluno, priorizando a preparação para o mercado de trabalho, o enfrentamento da concorrência, de testes seletivos e o desenvolvimento de características como flexibilidade e liderança.

Ocorre que educação, na verdade, tem um sentido muito mais amplo, “de formação integral da individualidade, compreendendo as necessidades pessoais, domésticas, familiares e sociais.”³⁰⁶ Nesse sentido, educação aproxima-se de lazer, na medida em que este também é “tempo para a educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais.”³⁰⁷

Por isso, é preciso superar a visão meramente utilitária da educação. Da mesma forma, não apenas o conhecimento considerado utilitário deve ser compartilhado, como também aquele tido como “inútil”, cujo mérito, segundo Russell,

³⁰² LOPEZ, T. P. A., 1972, p. 117. Quanto ao “Eu sou trezentos, sou trezentos e cinquenta”, trata-se da descrição que Mário de Andrade fazia de si mesmo.

³⁰³ TURINO, C., 2005. p. 54.

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 69.

³⁰⁵ *Ibid.*, p. 53.

³⁰⁶ *Ibid.*, p. 68.

³⁰⁷ MARX, Karl. O Capital, vol. I. São Paulo: Abril, 1983, p. 211 *Apud* TURINO, C., 2005. p. 69.

é o de “incentivar a atitude mental contemplativa”.³⁰⁸ Esta, por sua vez, seria o refletir e imaginar sem se preocupar com o tempo ou com uma utilidade imediata da ideia; atitude que, para o autor, seria muito saudável, pois “o hábito de buscar-se mais prazer no pensamento do que na ação constitui uma salvaguarda contra a imprudência e contra a paixão pelo poder, um modo de preservar a serenidade diante do infortúnio e a paz de espírito em meio à aflição.”³⁰⁹

Turino sugere que, hoje, esse papel fecundo do ócio poderia ser preenchido, em grande parte, pelas universidades.³¹⁰ Estas poderiam produzir, de modo mais sistemático, um maior número de indivíduos que contribuam com a sociedade, contrapondo-se ao que ocorria apenas ocasionalmente na “classe ociosa”, e resumido por Russell na seguinte frase: “para cada Darwin, a classe ociosa também produziu dezenas de milhares de indivíduos que nada contribuíram para a sociedade.”³¹¹

O autor brasileiro, porém, admite que tal ideia tem seus limites. E Russell explica o porquê:

A vida universitária é tão diferente da vida no mundo exterior que, no meio acadêmico, as pessoas tendem a ficar alheias às preocupações e problemas dos homens e mulheres comuns. Além disso, elas utilizam um jargão de tal forma especializado que em geral as opiniões que expressam deixam de exercer a até influência que deveriam ter sobre o público em geral.³¹²

O britânico aponta o enclausuramento e afastamento da universidade em relação à sociedade, o que dificulta a compreensão e a efetiva contribuição sociais. Estas constatações também são verificadas na realidade das instituições de ensino superior brasileiras. A crítica da necessidade de uma maior aproximação entre universidade e sociedade intensifica-se quando tais instituições são públicas, uma

³⁰⁸ RUSSELL, B., 2002. p. 43.

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 44. O mesmo ensinamento é repetido ainda hoje, até mesmo em *best sellers* como a série *Harry Potter*, de J. K. Rowling. Nela, o diretor da escola de Harry Potter, Alvo Dumbledore, teme que o protagonista, com o seu temperamento agitado e impulsivo, aja sem refletir, e coloque tudo a perder. Sua esperança era a de que a melhor amiga de Harry, Hermione, com sua inteligência, contrabalanceasse essa sua personalidade.

³¹⁰ TURINO, C., 2005. p. 40.

³¹¹ RUSSELL, B. *op. cit.*, p. 33-34.

³¹² *Ibid.*, p. 34;

vez que a população, que as financia, recebe delas uma contrapartida muito menor do que deveria.

Daí o debate e a defesa do chamado “tripé” que envolveria a experiência universitária, e composto por ensino, pesquisa e extensão. Caberia a esta última o contato direto com a população, em especial com as comunidades mais carentes e excluídas. No caso das faculdades de Direito, tal experiência é benéfica não apenas para a população, que em geral participa de atividades de conscientização política e obtém maior acesso a seus direitos, como também para os estudantes,³¹³ que têm contato com a realidade como ela é, e não como se imagina que ela seja. A vida dessas comunidades excluídas é permeada por direitos e pela ausência de direitos, de modo que é possível verificar, na prática, como leis, sentenças e decisões jurídicas e políticas interferem na vida das pessoas comuns. A partir disso, e do diálogo com o ensino e a pesquisa, é possível imaginar e desenvolver modos de mudar o quadro de exclusão e desigualdade social presente no País.

Russell ainda aponta outro problema das universidades concentrarem tamanho papel no desenvolvimento de novos conhecimentos:

Outra desvantagem é que os estudos universitários são estruturados de tal forma que alguém que conceba uma linha original de pesquisa frequentemente se sente desencorajado. As instituições acadêmicas, por mais úteis que sejam, não são os guardiães adequados dos interesses da civilização num mundo em que todos os que vivem fora de seus limites estão ocupados demais para dar atenção a atividades não utilitárias.³¹⁴

Constata-se que o meio universitário também está permeado pela lógica utilitarista, de modo que, no geral, incentivam-se apenas as atividades (de ensino, pesquisa e extensão) das quais se vislumbra uma aplicação imediata, produzam resultados quantitativos e atendam a interesses econômicos. Desencorajam-se, assim, abordagens mais criativas ou inovadoras, que não demonstrem alcançar

³¹³ Por haver essa reciprocidade e troca de saberes, o educador Paulo Freire prefere usar o termo “comunicação” a “extensão”. Enquanto esta remete ao ato de estender um conhecimento a alguém, num sentido assistencialista, só exprimindo o movimento de “entrega” daquele que fala àquele que escuta, “comunicação” engloba a via de mão dupla que representa o ensino-aprendizado dos interlocutores. Sobre o assunto, ver FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

³¹⁴ RUSSELL, B., 2002. p. 34

algum desses objetivos, e mesmo tolhe-se o potencial criativo dos estudantes (do brasileiro), aventado nos pontos anteriores deste trabalho.

Nas faculdades de Direito, por exemplo, as aulas são predominantemente expositivas e pouco reflexivas, e, quando há questionamentos ou críticas, estes costumam ser, no máximo, expostos pelos professores e acolhidos prontos pelos alunos, que reproduzem tudo quase que de modo passivo.

Tais reflexões apontam para o potencial emancipador do ócio não apenas na sociedade de modo geral, e no sujeito em sua individualidade, como também no direito. A partir disso, parece frutífera a defesa de um *direito fundamental ao ócio*. Ainda que exista o direito constitucional ao lazer³¹⁵, este, como visto, costuma limitar-se ao tempo de recomposição de energias para o trabalho, ou mesmo como uma extensão deste. Além disso, o próprio debate que um *direito ao ócio* provocaria seria enriquecedor, na medida em que o trabalho insistentemente aparece (e é assim tido pela sociedade), como valor social e fundamento da República Federativa do Brasil (artigo 1º da Constituição da República³¹⁶) e da ordem econômica (artigo 170 da CR³¹⁷), como direito social (artigo 6º da CR³¹⁵), e como base da ordem social (artigo 193 da CR³¹⁸).

Até o aqui exposto, percebe-se que o chamado “ócio criativo” possui um grande potencial emancipador e inovador. No próximo e último ponto deste trabalho, abordar-se-ão as mudanças ocorridas em São Paulo, cidade onde viveram Mário de Andrade e Macunaíma, e que provocaram o afastamento da população deste conceito de tempo livre.

³¹⁵ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. In: BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 16/11/2011.

³¹⁶ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
I - a soberania;
II - a cidadania
III - a dignidade da pessoa humana;
IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; In: BRASIL, *op. cit.*

³¹⁷ Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) In: BRASIL, *op. cit.*

³¹⁸ Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. In: BRASIL, *op. cit.*

4.4 O LAZER NA SÃO PAULO DE MÁRIO DE ANDRADE E DE MACUNAÍMA

Mário de Andrade morou em São Paulo durante quase toda a sua vida (1893-1945). Não é por acaso, portanto, que seu personagem mais instigador, Macunaíma, tenha igualmente vivido parte de suas aventuras na mesma cidade (em 1926, ele teria escrito, na capital paulista, a carta pras icamiabas).³¹⁹

Nesse período, ocorreram profundas mudanças no comportamento social dos moradores paulistanos nas horas livres.³²⁰ Como estuda Turino, “até o início do século XIX, as atividades de descanso e devaneio eram muito semelhantes às dos indígenas. As pessoas pescavam por prazer, caminhavam na mata, jogavam peteca... Uma prática comum era banhar-se nu nos rios.”³²¹ Nesse sentido, assinala De Decca que “(...) podemos ver nas atividades de lazer a manutenção das tradições e valores das sociedades anteriores ao capitalismo.”³²²

Como já exposto, nas sociedades pré-industriais, como o Brasil até o início do século XX, não havia uma nítida separação entre atividades lúdicas e trabalho. Este era em geral desenvolvido inclusive próximo à moradia.

Um dos marcos desse afastamento, em São Paulo, foi o início da feira de Pilatos, no século XIX. Com ela, houve uma mudança significativa na prática do lazer em São Paulo, pois os “moradores circunvizinhos se deslocavam especialmente para dela participar, separando nitidamente a esfera do lazer à do trabalho, antes associados.”³²³

A partir de então, foram sendo criados diversos espaços para o lazer, como bares, cafés e circos. As novidades integravam e provocavam uma grande reviravolta nos hábitos e valores dos paulistanos. Como observa Turino,

³¹⁹ ANDRADE, M. de., 2007, p. 97.

³²⁰ TURINO, C., 2005. p. 145.

³²¹ *Ibid.*, p. 249.

³²² DE DECCA, Edgar. E. P. Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas, em Heloísa Turini Bruhns (org.), Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002, p. 61. *Apud* TURINO, C., 2005. p. 117.

³²³ TURINO, C., 2005. p. 242.

No curto espaço de duas gerações, no máximo em cinquenta anos, os moradores de São Paulo mudaram o seu jeito de ser. De uma cidade patriarcal, voltada para dentro, para uma cidade aberta às novas ideias e ao que viria ser, no século XX, um modo cosmopolita de agir e sentir. E um dos principais fatores que desencadearam essa mudança de comportamento não aconteceu no tempo de trabalho, mas sim fora dele. (...) A sociedade colonial paulista (...) vai tomando contato com outras formas de conduta exatamente no tempo de não-trabalho.³²⁴

Aos poucos, foram sendo criados espaços e horários próprios para se divertir. Turino cita o exemplo histórico dos *pubs*, que surgiram na Inglaterra no século XIX com tal intuito.

Exemplo disso foi a transferência do desfile das escolas de samba da Avenida Tiradentes para o Sambódromo do Anhembi, entre 1889 e 1892. As escolas de samba, que antes enchiam as ruas, passaram a desfilar em um local especialmente construído para isso. A mudança “funcionalizou” o espaço: local de escola de samba é no sambódromo, onde há clara distinção entre palco e plateia, onde não se atrapalha o trânsito e cujas imagens podem se transmitir com mais facilidade para todo o Brasil, mediante definida remuneração. Outra consequência da construção do sambódromo foi a eliminação de catorze campos de futebol de várzea, antes frequentes nas margens do rio Tietê.³²⁵

Estas últimas, por sua vez, na época de Macunaíma, eram centros de práticas de lazer: pesca, banhos, regatas, jogos de futebol, piqueniques, natação. Havia, por exemplo, a Travessia de São Paulo a Nado, a maior competição esportiva da cidade de então, que começou em 1924. Porém, quando o rio começou a enfrentar problemas com a poluição, em 1944, houve a última competição. O remo continuou até 1961, quando o mau cheiro tornou insuportável a permanência da competição. Em 1972, quando o índice de oxigênio nas águas do rio foi medido em 0%, houve a última regata, de despedida.³²⁶

Mário de Andrade morreu poucos dias depois de finalizar um poema chamado “Meditação sobre o Tietê”, onde expressa seu desencanto com os rumos que

³²⁴ *Ibid.*, p. 248-249.

³²⁵ *Ibid.*, p. 150.

³²⁶ TURINO, C., 2005. p. 249-278.

tomava a cidade: “A culpa é tua, Pai Tietê? A culpa é tua / Se as tuas águas estão podres de fel / E majestade falsa? A culpa é tua”.³²⁷

Com a “perda” do rio, a sociedade paulista se alienou de seu ambiente. Não mais importava que a atividade urbana corroía as águas, o ar e o solo, pois se perdeu a noção de pertencimento e de responsabilidade pelo lugar onde se vivia. Turino conclui que o que aconteceu com o rio foi apenas reflexo do mesmo processo de alienação ocorrido em relação às forças de trabalho – e do progresso – de São Paulo.³²⁸

O ambiente apenas passou a ganhar atenção predominantemente em situações-problema, como nas cheias do rio Tietê. Estas não são um fenômeno de hoje; no início do século XX elas eram igualmente frequentes; a diferença é que, nas margens do Tietê, havia basicamente campos de futebol, de modo que o único prejuízo nas enchentes era um ou mais dias sem poder ali praticar o esporte.³²⁹ Enquanto de início respeitava-se o ciclo natural do rio, depois, a urbanização pouco o observou.

As mudanças percebidas no final do século XIX intensificaram-se no século XX. Nesse contexto, o lazer tornou-se cada vez mais utilitário. Nas palavras de Turino,

a própria atitude das pessoas em relação a seu momento de parada assumiu esse sentido utilitário, da renovação de forças para que se pudesse produzir cada vez mais e melhor. O lazer deixou de ser parte da vida comunitária ou familiar para tornar-se um produto de compra e venda.³³⁰

Simultaneamente à transformação do espaço e do tempo em lucro, o consumo passava a integrar a lógica do lazer. Este depende cada vez mais do poder de compra e da aquisição de produtos. Numa cidade grande como São Paulo ou Curitiba, o acesso a lugares de recreação fica ainda mais dificultoso, pois depende de dinheiro para se transportar até o local, o que, para uma família de baixa renda, pode inviabilizar um passeio.

³²⁷ ANDRADE, Mário de. *Lira paulistana*. São Paulo: Martins, 1945.

³²⁸ TURINO, C. *op. cit.*, p. 280.

³²⁹ *Ibid.*, p. 260-261.

³³⁰ TURINO, C., 2005. p. 145.

Assim, “o capital também se apoderou desse espaço da vida humana. (...) O capitalismo cria uma indústria do tempo livre”.³³¹ Vive-se não um progresso, mas uma opressão, “que se dá na supervalorização da liberdade econômica”, da qual fazem parte o consumismo e o individualismo exacerbado.³³²

A chamada indústria cultural³³³ possibilitou o controle externo sobre o tempo de lazer, de modo que este adquiriu a mesma lógica do mundo do trabalho, ou seja: competição, busca incessante da produtividade e exibição de símbolos de conquista.³³⁴ Somando-se isso às constantes propagandas de produtos, conclui-se que há, hoje, apenas aparentemente mais liberdade do que há décadas.

Percebe-se, do exposto nesse ponto, que, com as mudanças nas relações de trabalho (a “moral do trabalho”) e o utilitarismo adquirido pelo tempo de lazer enfraqueceram valores como convivência e solidariedade, ao mesmo tempo em que fortaleceram o pragmatismo, o oportunismo e o individualismo.³³⁵

Diante disso, é preciso formas de lazer mais emancipadoras e libertadoras, aproximando o tempo livre das pessoas do potencial criador e revolucionário do ócio. Assim seria possível resgatar valores que foram perdidos como a muiiraquitã de Macunaíma.

³³¹ *Ibid.*, p. 146-147.

³³² *Ibid.*, p. 151.

³³³ Conceito originalmente desenvolvido por Theodor Adorno e Max Horkheimer, da Escola de Frankfurt, na obra *Dialética do Esclarecimento*: Fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

³³⁴ TURINO, C. *op. cit.*, p. 148-149.

³³⁵ *Ibid.*, p. 290.

CONCLUSÃO

Entre caju e pinhões, brigas e confraternizações, Macunaíma e o jurista se deram bem nessa conversa. Mas nem um nem outro saíram como aqui chegaram.

Macunaíma partiu disparando as mais eruditas e respeitáveis palavras e saberes jurídicos aprendidos, e sentia aquilo que só um herói podia: uma satisfação imensa.

O jurista ia ainda meio estarecido, mas já eufórico com o que guardou da experiência. Sabia que tinha coisa ali que podia mudar o mundo, ah se podia!... Queria sair espalhando tudo o que discutiu com Macunaíma pelo mundo afora. Fez.

Nesse momento, convém reunir as conclusões do diálogo travado neste trabalho.

Procurou-se demonstrar que a literatura possibilita novas perspectivas para a investigação do direito. No confronto entre os dois campos, a criatividade e a crítica literárias desvelam aspectos ocultos pelo discurso jurídico. Enquanto este se diz geral e abstrato, aquela revela o particular e o concreto sob ele existentes.

A literatura pode influenciar o direito sob diversas formas, desde indiretamente, suspendendo o cotidiano do leitor e transformando-o, até diretamente, na função de subversão crítica, abalando as certezas do saber jurídico e reconduzindo-o a interrogações essenciais.

A narrativa literária possui um potencial de transformação que lhe é intrínseco, na medida em que a construção de um mundo imaginário proporciona o distanciamento necessário para a revelação e a transformação da vida cotidiana, induzindo o leitor a uma visão do mundo e a uma nova avaliação de si próprio. Tal poder desafia, abala e desconstrói o direito, tradicionalmente mais conservador e preso a seus dogmas, possibilitando sua crítica e reconstrução.

Nesse sentido, a discutida obra de Mário de Andrade pode contribuir para inovar a crítica do direito, assim como fez com a literatura nacional. O autor retrata um povo plural e singelo deixado às margens do progresso e das grandes transformações vividas pelo país entre os séculos XIX e XX; à margem, inclusive, do direito.

Macunaíma evidencia o pluralismo étnico e cultural constitutivo da população brasileira. O direito a ela aplicado, porém, não espelha tal multiplicidade, sendo basicamente branco de origem europeia e estadunidense. Considerando que o fenômeno jurídico é enraizado na sociedade da qual faz parte, é preciso resgatar ao direito o pluralismo desta, e livrá-lo do monismo estatal vigente.

Uma forma possível de conseguir tal intento seria aproximar o direito da rapsódia, na medida em que esta coloca como protagonistas de sua criação pessoas do povo, em toda sua diversidade.

Enquanto a literatura rompe com a tradição acadêmica no modernismo e na Semana de Arte Moderna de 1922, o direito prefere o conservadorismo, o que apenas mantém (quando não acentua) as desigualdades sociais e dificulta o acesso da grande massa de brasileiros à justiça.

Os modernistas utilizaram a linguagem como forma de compreender o comportamento e as necessidades brasileiras. Inspirando-se nesta experiência, são possíveis inovações na linguagem também no meio jurídico, aproximando-a da popular e funcionalizando-a, de modo que qualquer cidadão leigo possa entender melhor leis e processos judiciais ou administrativos.

Da mesma forma, é preciso uma posição nacionalista, como a dos escritores das décadas de vinte e trinta, para a promoção do autoconhecimento do Brasil e dos brasileiros e consequente consolidação de uma tradição jurídica própria, particular, único meio de o País verdadeiramente crescer para o mundo e com ele melhor contribuir.

Este nacionalismo combate a simples cópia de experiências jurídicas que deram certo em outros países, principalmente europeus e da América anglo-saxã, sem atentar para as peculiaridades da realidade nacional, bastante diversa. A proposta, porém, não é uma completa rejeição à cultura estrangeira, mas sim, a utilização do “método” antropofágico: transformar os elementos estrangeiros criticamente, isto é, degluti-los e devolvê-los, a partir da aproximação com a cultura popular brasileira e tendo em vista a realidade peculiar do País.

A partir do breve panorama histórico exposto, percebeu-se que não houve, no início do século XX, no direito brasileiro, uma ruptura semelhante à ocorrida na literatura, representada pela Semana de Arte Moderna de 1922. Havia, na realidade, um distanciamento entre o debate jurídico e as condições sociais existentes, presente, de alguma forma, até hoje no País.

Nesse sentido, a experiência literária de *Macunaíma* e do Modernismo podem contribuir para o direito, na medida em que apontam o (auto)conhecimento do brasileiro como primeiro passo para a superação das dificuldades assinaladas.

A obra de Mário de Andrade também destaca o ócio como uma reação do brasileiro à civilização importada e elemento que integra a identidade do nacional, sintetizada no personagem Macunaíma, que tira da preguiça sua força e criatividade.

Ocorre que, como se viu, o ócio e a preguiça foram, a partir do século XVIII e, no Brasil, principalmente no início do século XX, valorados negativamente e criminalizados, ao mesmo tempo em que o trabalho foi alçado como atividade dignificante. Nas terras “tupis”, essa nova “moral” do trabalho foi trazida para suprir a necessidade de uma nova massa de mão-de-obra subserviente, após o fim da escravidão.

Tal discurso, apesar de aparentar ser natural ou fruto de um consenso social, na verdade veio para atender aos interesses de cafeicultores e industriais na consolidação do capitalismo na República.

Essa nova concepção do trabalho também veio acompanhada de uma lógica utilitarista, segundo a qual toda atividade humana, incluindo não só o trabalho, mas também a educação e o lazer, apenas seria bem valorada e considerada útil caso fosse voltada para a obtenção de lucro ou poder.

Na produção e reprodução do conhecimento, tal mentalidade pode ser extremamente nociva, na medida em que, ao considerar apenas a utilidade imediata dos saberes, ocultando as razões a eles subjacentes, possibilita o desenvolvimento da crueldade e do preconceito humanos.

Mesmo atividades consideradas “inúteis” podem ter alguma utilidade. O ócio já foi, em épocas passadas, propulsor do desenvolvimento das ciências e das artes, e pode, hoje, também funcionar como uma forma de resgatar valores e tornar homens e mulheres mais conscientes de sua realidade e de si mesmos. A maior disponibilidade de tempo também permitiria que as pessoas participassem mais da vida comunitária, facilitando mobilizações sociais.

A atitude ociosa pode também desenvolver uma maior sensibilidade para lidar com conflitos e diferenças, o que pode contribuir com o direito, que, ao lidar cotidianamente com a diferença e os conflitos sociais, esbarra na intolerância e no dogmatismo.

Por isso, é preciso superar a visão meramente utilitária da educação. Nesse sentido, as universidades, por carregarem um papel importante no desenvolvimento científico, devem aproximar-se da sociedade onde estão inseridas, de modo a compreendê-la para com ela efetivamente contribuir. Isso pode ser alcançado mediante a valorização e o incentivo à extensão universitária e seu diálogo com o ensino e com a pesquisa, bem como o melhor aproveitamento da criatividade e do potencial crítico dos alunos.

As mudanças no mundo do trabalho, com o utilitarismo e a condenação do ócio, invadiram também a esfera do lazer. Através da experiência de São Paulo, cidade onde viveram Mário de Andrade e Macunaíma, mostrou-se que comportamento social dos paulistanos nas horas livres modificou-se drasticamente. Foram criados espaços e horários próprios para a prática do lazer, que foi adquirindo a mesma lógica do mundo do trabalho: competitividade, eficiência, consumismo e busca de maior produtividade.

Assim, é preciso resgatar (através, inclusive, do direito) o ócio e seu potencial emancipador, inovador e revolucionário, fortalecendo valores como a convivência e a solidariedade, perdidos como a muiiraquitã de Macunaíma.

Não é preciso, porém, escrever mais do que isso para afirmar que a leitura de *Macunaíma* provoca o estranhamento necessário para a reflexão e o questionamento acerca do direito e da sociedade brasileira, assim como para a percepção de nós mesmos.

É por isso que aquele jurista que de início se sentou dogmática e friamente diante do herói da nossa gente levantou-se metamorfoseado: antropófago, rapsodo, ocioso e sensível.

Tem mais não.

REFERÊNCIAS

ABÁSOLO, Ezequiel. *O direito como cultura jurídica nos primórdios do século XX na América do Sul: a luta dos juristas pela originalidade no Brasil e na Argentina*. Curitiba, 31/08/2011. Palestra proferida no V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO DIREITO.

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

_____. *Primeiro de maio*. Disponível em:
<http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=153015&id_secao=11> Acesso em 18/10/2011.

_____. *O Trovador*. Disponível em:
<<http://www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/1900216>> Acesso em: 04/11/2011.

ATAIDE, Vicente. *Modernismo*. Curitiba: HDV, 1983.

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. *Poetas do modernismo*; antologia crítica, vol. I. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1972.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política* (Obras escolhidas v. 1). São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BINDER, Guyora, & WEISBERG, Robert. *Literary criticisms of law*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2000.

BOAVENTURA, Maria Eugenia. *A vanguarda antropofágica*. São Paulo: Editora Ática, 1985.

BOPP, Raul. *Vida e morte da antropofagia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1977.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 16/11/2011.

_____. Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm>. Acesso em: 14/10/2011.

CAMPOS, Haroldo de. *Morfologia do Macunaíma*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

CHUEIRI, Vera Karam de; NIKULIN, Dmitri (Orient.). *Before the law: philosophy and literature : (the experience of that which one cannot experience)*. 2004. 254f Tese (doutorado)- New School for Social Research. Graduate Faculty of Political and Social Sciences. Department of Philosophy. Defesa: New York, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/21157>>. Acesso em: 24/08/2011.

DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DWORKIN, Ronald. How law is like literature. In: *A matter of principle*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1985, p. 146-166.

FACHIN, Luis Edson. *As Intermitências da vida (o nascimento dos não filhos à luz do Código Civil brasileiro)*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

FISH, Stanley. *Doing what comes naturally*. Change, Rethoric, and the Practice of Theory in Literary and Legal Studies. Durham and London: Duke University Press, 1995.

FONSECA, Ricardo Marcelo. A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Ano: 2006. Número 44.

_____; COELHO, Luiz Fernando (Orient.). *Direito e história: relações entre concepções de história, historiografia e a história do direito a partir da obra de Antonio Manuel Hespanha*. 1997. 118f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. p. 7-40.

GROSSI, Paolo. *Primeira lição sobre direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

JARDIM, Maria Antônia. *Os mundos hermenêuticos e a dimensão imaginativa*. Disponível em:

<<http://www.iacat.com/revista/recreate/recreate03/hermeneutica.htm>>. Acesso em: 04/06/2011.

KOERNER, Andrei. *Judiciário e cidadania na Constituição da República Brasileira (1841-1920)*. 2ª edição. Curitiba : Juruá, 2010.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 7.ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LAFARGUE, Paul. *O Direito à Preguiça*. eBooksBrasil.com, 1999. E-book.

LIMA, Luiz Costa. *Pensando nos trópicos: (dispersa demanda II)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *Curso de história do direito*. 2ª edição. Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2009.

_____. *O direito na história: lições introdutórias*. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

LOPEZ, Telê Porto Ancona. *Mário de Andrade: Ramais e Caminho*. São Paulo: Livraria Duas Cores, 1972.

OST, François. *Contar a Lei: as fontes do imaginário jurídico*. Tradução de Paulo Neves. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

_____; GAAKEER, Jeanne (coord.). *Crossing Borders: law, language, and literature*. The Netherlands: Wolf Legal Publishers, 2007.

PLATÃO. *Diálogos III: A República*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d, p. 365-375.

POSNER, Richard A. *Law and Literature: A Misunderstood Relation*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1988.

PROENÇA, Manuel Cavalcanti. *Roteiro de Macunaíma*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papyrus, 1991..

_____. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1994.

RUSSELL, Bertrand. *O elogio ao ócio*. Trad. Pedro Jorgensen Júnior. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda Europeia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972*. 13ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

TURINO, Célio. *Na trilha de Macunaíma: ócio e trabalho na cidade*. São Paulo: Senac São Paulo: Sesc São Paulo, 2005.

WHITE, James Boyd. *The legal imagination*. 2nd edition. Chicago and London: Chicago University Press, 1985.